

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE- UNESC**  
**CURSO DE ADMINISTRAÇÃO - LINHA ESPECÍFICA EM ADMINISTRAÇÃO DE**  
**EMPRESAS**

**ERIKA CRISTINA MENDONÇA DE SOUSA MONTEIRO**

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO**  
**SUSTENTÁVEL EM CABO VERDE**

**CRICIÚMA**  
**2015**

**ERIKA CRISTINA MENDONÇA DE SOUSA MONTEIRO**

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL EM CABO VERDE**

Monografia apresentada para a obtenção do grau de Bacharel em Administração, no curso de Administração de Empresas Linhas de Formação Específica em Administração de Empresas da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC.

Orientador: Prof<sup>a</sup> Natália Martins Gonçalves, PhD.

**CRICIÚMA**

**2015**

**ERIKA CRISTINA MENDONÇA DE SOUSA MONTEIRO**

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL EM CABO VERDE**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de Bacharel em Administração de Empresas, no Curso de Administração - Linha de Formação Específica Administração de Empresas, da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC.

Criciúma, 25 de Novembro de 2015

**BANCA EXAMINADORA**

Prof. Natália Martins Gonçalves, PhD.

Prof. Débora Volpato

Prof. Maria Helena de Souza Santos

## **DEDICATÓRIA**

Aos meus amados pais, que estão constantemente me apoiando, dando consolo e nunca exaltando, fazendo o possível e o impossível para que meus sonhos se concretizem.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, pelas benções concedidas ao longo da minha vida, concedendo-me vida e saúde também aos meus pais. Sem Ele, eu não teria forças para continuar os meus estudos longe de casa com muito afinco e perseverança proporcionando orgulho aos meus pais. O término da minha graduação não seria possível, bem como o aprendizado adquirido no decorrer da minha formação acadêmica no Brasil.

Aos meus pais, Carlos Alberto de Sousa Monteiro e Maria Amélia Fernandes Furtado Mendonça, vai um muito obrigado porque vêm me apoiando desde o meu nascimento até a minha vinda para o Brasil para continuar os meus estudos, depositando confiança em mim e na minha capacidade de ir mais além. Agradeço aos meus Tios Ester Mendonça, Filomeno Mendonça, Cândida Mendonça e Maria José Correia pelo incentivo e palavras de conforto nas horas difíceis.

Da mesma forma, estendo os meus agradecimentos a toda minha família, aos amigos que foram a minha família e suporte durante esses anos de graduação principalmente ao Joel Brito, Elaíne Miranda, Heidy Mara Andrade, Núria Xavier, Rodolfo Mendes, Vida Sunda, Gilson Calete e Euclides Calete.

Agradeço contudo, a professora Natália Martins Gonçalves, pela paciência nessa ultima fase da graduação, as minhas amigas Cássia Constante, Jéssica Schmiitz, Camila de Aguiar, a minha terapeuta Ana Cláudia Trevisani, ao meu pai Carlos A. Sousa Monteiro e ao meu amigo Alfredo Araújo de Pina pela disponibilidade dos documentos para o desenvolvimento do estudo.

## RESUMO

MONTEIRO, Erika. **Políticas públicas para a promoção do desenvolvimento sustentável em Cabo Verde**. 2015. 100 páginas. Monografia do Curso de Administração – Linha de Formação Específica em Administração de Empresas, da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC.

Este trabalho de conclusão de curso faz uma análise das principais políticas públicas que contribuíram para o Desenvolvimento Sustentável de Cabo Verde. Neste contexto, são abordadas questões relacionadas a problemática do Desenvolvimento Sustentável com o apoio da Organização das Nações Unidas e da comunidade internacional, visando facilitar o processo de desenvolvimento dos países em vias de desenvolvimento sem prejudicar o Meio Ambiente. Abordada contudo, a problemática da implementação de políticas públicas para a conservação Ambiental, posteriormente é analisada a importância que esse acordo teve no desenvolvimento sustentável. Os Objetivos do Milênio incluem oito objetivos, onde são definidas as prioridades em termos de estabelecimento e implementação de medidas de políticas públicas sociais que visam sobretudo proporcionar à população a garantia e o acesso aos serviços sociais básicos, nomeadamente a saúde, a educação, o abastecimento de água e redes de saneamento, à igualdade entre os gêneros e à conservação do meio ambiente. Cabo Verde aceitou o desafio lançado pela ONU, de cumprir os objetivos na Conferência de Johanesburgo, desta forma, desde a presente Conferência, o país não vem medindo forças para consolidar, desenvolver e implementar um conjunto de ações estratégicas a serem alcançadas até 2015, em conformidade com os objetivos propostos pela ONU. O estudo desenvolvido e apresentado, consiste na análise histórica do desenvolvimento de Cabo Verde em todos os aspectos, mais especificamente na implementação de políticas públicas adequadas para a promoção do desenvolvimento sustentável em Cabo Verde. O mesmo, procura responder: Qual é a relação das Políticas Públicas no Desenvolvimento Sustentável de Cabo Verde?

**Palavras-chave:** Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável, Políticas Públicas, ONU, Objetivos da Agenda 21, Objetivos do Milênio, Cabo Verde.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Definição da população-alvo .....	45
Figura 2: Mapa de localização de Cabo Verde.....	48
Figura 3: As Ilhas de Cabo Verde .....	79

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Síntese dos procedimentos metodológicos .....	47
Quadro 2: Objetivos de Desenvolvimento da Agenda 21 - Rio 1992 .....	74
Quadro 3: declaração de Johanesburgo para o Desenvolvimento Sustentável - Os oito Objetivos do Milênio (ODM) 2015.....	80
Quadro 4: Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS): Agenda 2030 da ONU .....	81
Quadro 5: Objetivos da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano - Conferência de Estocolmo 1972 da ONU .....	97
Quadro 6: Declaração do Rio (1992) sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento....	99



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- BCV** – Banco de Cabo Verde
- CDS** – Comissão de Desenvolvimento Sustentável
- CDS** – Comissão do Desenvolvimento Sustentável
- CILSS** – Comité permanent Inter-Etats de Lutte contre la Sécheresse dans le Sahel
- CNDS** – Centro Nacional de Desenvolvimento Sanitário
- CNUDS** – Conferência da Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável
- CO2** – Dióxido de Carbono
- DECRP** – Documento de Estratégias de Crescimento e de Redução a Pobreza
- FMI** – International Monetary Fund
- IACSD** – Inter-Agency Committee on Sustainable Development
- MIT** – Instituto Tecnológico de *Massachussets*
- MPD** – Movimento Para a Democracia
- NEPAD** – Nova Parceria para o Desenvolvimento de África
- ODM** – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
- ODS** - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
- ODS** – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
- ONG** – Organização Não Governamental
- ONU** – Organização das Nações Unidas
- PAICV** - Partido Africano para a Independência de Cabo Verde
- PAIGC** – Partido Africano para a Independência de Guiné-Bissau e Cabo Verde
- PANA** – Plano Nacional para o Ambiente
- PEID** – Permanent Interstates Committee for Drought Control in the Sahel
- PIB** – Produto Interno Bruto
- PIDE** – Polícia Internacional e de Defesa do Estado
- PLPR** – Programa de Luta Contra a Pobreza no Meio Rural
- PNLP** – Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza
- PNUMA** – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
- SIA** – Sistema de Informação Ambiental
- SIDA** – Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
- UCID** – União Caboverdiana Independente e Democrática
- UN** – African Union

**UNCED** – United Nations Conference on Environment and Development

**UNESCO** – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

**ZEE** – Zona Económica Exclusiva

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
1.1 SITUAÇÃO PROBLEMA .....	16
1.2 OBJETIVOS .....	16
<b>1.2.1 Objetivo Geral .....</b>	<b>16</b>
<b>1.2.2 Objetivos Específicos .....</b>	<b>17</b>
1.2 JUSTIFICATIVA .....	17
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....</b>	<b>19</b>
2.1 DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO .....	19
2.2 SUSTENTABILIDADE .....	26
<b>2.2.1 Agenda 21 .....</b>	<b>30</b>
<b>2.2.2 Mudanças Climáticas .....</b>	<b>34</b>
<b>2.2.3 Educação Ambiental .....</b>	<b>36</b>
2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS .....	37
<b>3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>43</b>
3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA .....	43
3.2 DEFINIÇÃO DA POPULAÇÃO-ALVO .....	45
<b>3.2.1 Tipo de abordagem .....</b>	<b>45</b>
3.3 PLANO DE COLETA DE DADOS .....	46
3.4 PLANO DE ANÁLISE DE DADOS .....	46
3.5 SÍNTESE DOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	46
<b>4 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UMA ANÁLISE DA REPÚBLICA DE CABO VERDE .....</b>	<b>48</b>
4.1 DA DESCOBERTA AO POVOAMENTO .....	48
4.2 LUTA PELA INDEPENDÊNCIA DE CABO VERDE DE 1963 A 1975 .....	51
<b>4.2.1 Campo de Concentração do Tarrafal ou “Campo da morte lenta” ...</b>	<b>53</b>
4.3 A EVOLUÇÃO DAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO EM CABO VERDE	54
<b>4.3.1 A Evolução da Política da República de Cabo Verde: do autoritarismo á democracia .....</b>	<b>56</b>
<b>4.3.2 Economia .....</b>	<b>58</b>
<b>4.3.3 Sociedade .....</b>	<b>62</b>
<b>4.3.4 Saúde.....</b>	<b>65</b>

<b>4.3.6 Ambiente .....</b>	<b>68</b>
<b>4.4 POLÍTICAS PÚBLICAS GOVERNAMENTAIS PARA A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM CABO VERDE .....</b>	<b>69</b>
<b>4.4.1 Conferência das Nações Unidas para o meio Ambiente Humano – Conferência de Estocolmo 1972 da ONU .....</b>	<b>70</b>
<b>4.4.2 Conferência do Rio (1992) sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento</b>	<b>71</b>
<b>4.4.3 Objetivos do Milênio estabelecidos na Conferência de Johannesburgo no ano 2000 .....</b>	<b>77</b>
<b>4.4.4 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) para Cabo Verde - Agenda 2030 da Conferência da ONU 2015 .....</b>	<b>80</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>84</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>88</b>
<b>ANEXO I.....</b>	<b>97</b>
<b>ANEXO II.....</b>	<b>99</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Cabo Verde é um arquipélago, formado por dez ilhas e cinco ilhéus de origem vulcânica, ocupando uma área de 4.033 km<sup>2</sup>, situa-se no Oceano Atlântico ao largo costa Ocidental Africana, na faixa norte da zona intertropical do globo, com aproximadamente quinhentos mil habitantes (ANDRADE, 1998).

De acordo Pina (2006), em 1460 os navegadores chegaram às ilhas de Cabo Verde e iniciaram o povoamento das ilhas (1462), contudo, o processo de aculturação que ocorreu na época da colonização influenciou na formação da cultura cabo-verdiana, desta forma, a sociedade cabo-verdiana teve influência tanto da cultura africana como da cultura europeia, fortemente marcado pelo caldeamento e sincretismo das suas instituições, seus hábitos e valores.

Cabo Verde possui uma vasta riqueza, referente às manifestações populares. A sociedade crioula afirma um mundo próprio, reinventado pelo homem cabo-verdiano, tendo como manifestações performáticas a Tabanca, Bandeirona, Colá São João e outros Santos como festas de maior força (PORTAL CASA DO CIDADÃO, 2015).

Em 5 de Julho de 1975 o arquipélago tornou-se um país independente de Portugal, constituindo assim, a República de Cabo Verde. Sua língua materna é o crioulo e a língua oficial, o português (ANDRADE, 1998).

Segundo as Nações Unidas de Cabo Verde (2015), por não ter recursos naturais, Cabo Verde, aposta no turismo e na prestação de serviços (portuários e aeroportuários, representam juntos 80% do PIB), como pilares essenciais do seu desenvolvimento. Devido à forte dependência das importações, tem desenvolvido a agricultura (11% do PIB) para o consumo interno da população, embora tenha anualmente cerca de nove meses de escassez de chuva.

Outras apostas do setor econômico são as remessas dos emigrantes e a ajuda externa. As taxas de crescimento real do PIB têm sido em média 5,7% por ano entre 2000 e 2005 e 10,8 % segundo dados de 2006. O escudo cabo-verdiano é a sua moeda, embora haja circulação do euro e do dólar no mercado (NAÇÕES UNIDAS, 2015).

Num mundo cada vez mais globalizado e mais competitivo, é importante entender os factores de desenvolvimento, que ao mesmo tempo atenda aos pilares

da sustentabilidade. Um dos caminhos para atingir tais objetivos é adotar políticas públicas coerentes, que contribuam para o desenvolvimento social, econômico e ambiental.

Segundo Araujo e Lima (2008), uma política é considerada pública quando as decisões tomadas são elaboradas por pessoas ou grupo de pessoas, os quais possuam valores, interesses, opções e modos diversos de enxergar o mundo, ou seja, para que as políticas públicas garantam o direito à toda a comunidade, elas têm que ser debatidas pela comunidade e pelo poder público para o alcance dos objetivos almejados frente as necessidades propostas.

Becker e Miranda (1997) afirmam que o problema da sustentabilidade tem transcendido várias gerações, mas foi só em 1972 em Estocolmo (Suécia) que foi realizada a primeira conferência das Nações Unidas sobre o impacto da contaminação provocada pelas indústrias, no crescimento populacional e na urbanização. Mais tarde teve a segunda conferência, Rio de Janeiro, Brasil (1992), com o propósito de analisar as estratégias de desenvolvimento através de acordos e compromissos dos governos e das organizações internacionais, para, futuramente, implementar as estratégias.

De acordo com as Nações Unidas (2015), na Conferência do Rio 1992, reuniram-se mais de 100 chefes de Estado para a primeira Cúpula Internacional da Terra convocada para tratar de problemas urgentes de proteção ambiental e do desenvolvimento socioeconômico. Os líderes assinaram as seguintes convenções:

- a) Convenção sobre a Diversidade Biológica;
- b) Declaração do Rio e os Princípios sobre Florestas;
- c) Aprovou a Agenda 21, um plano de 300 páginas para alcançar o desenvolvimento sustentável no século XXI;
- d) Os 27 princípios do Meio ambiente e Desenvolvimento Sustentável, que são as diretrizes de como governar os países e os respectivos recursos, apostando numa vida saudável, produtiva e em harmonia com a natureza para todos os seres vivos.
- e) Mudanças Climáticas;
- f) Comissão de Desenvolvimento Sustentável (CDS, criada para monitorar e reportar assuntos relacionados à implementação dos acordos da Cúpula da Terra).

Posteriormente, em 1997 a Assembleia Geral das Nações Unidas, convocou uma revisão para fazer um balanço de como os países, organizações e setores da sociedade civil internacional, corresponderam aos desafios da Cúpula da Terra. A partir da análise de diversos estudos apresentados durante a Rio 92 e no período posterior Becker e Miranda (1997), esclarecem que a pobreza contribui para a degradação ambiental, conseqüentemente, a proteção ambiental depende da erradicação da pobreza, contudo, o novo estilo de desenvolvimento que todos almejam requer uma nova ética, uma nova postura para com o ambiente e os demais habitantes do mesmo.

Desenvolvimento sustentável significa garantir a satisfação das necessidades básicas ao longo das gerações fazendo a manutenção do estoque de recursos e da qualidade ambiental (BECKER; MIRANDA, 1997).

Não se pode falar de desenvolvimento sustentável sem falar dos 40 capítulos e 4 seções que constituem a Agenda 21, um dos grandes ganhos do século, conseguida na conferência de Rio 92. *The Encyclopedia of Earth* (2015) permite entender que a Agenda 21 é um plano de ação internacional para o desenvolvimento sustentável, constituída pelas políticas fundamentais que ajudam a alcançar o desenvolvimento sustentável, atendendo, às necessidades dos pobres, ou seja, equilibrando a produção, o consumo, a população, o desenvolvimento e capacidade de apoio à vida da Terra. Além das medidas propostas pela Agenda 21, as demais conferências realizadas pela ONU para a discussão do tema desenvolvimento sustentável vem apoiando novas políticas e ações para os seus Estados membros, como os Objetivos do Milênio (ODM) de 2000 e os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (ONU, 2015).

No entanto, as medidas propostas nos fóruns técnicos e políticos globais necessitam de ações dos governos e das populações locais para que estas possam ser levadas para as práticas das comunidades e, assim, possam transformar a realidade do ambiente de vida para ações sustentáveis. As transferências das ideias para a prática necessitam da intervenção dos governos através da organização das políticas públicas pelo Estado para que ações cheguem aos governos locais.

Diante destas informações, este trabalho propõe examinar como as ações propostas pela ONU para o desenvolvimento sustentável estão sendo incorporadas nas políticas públicas de desenvolvimento na República de Cabo Verde.

## 1.1 SITUAÇÃO PROBLEMA

O desenvolvimento sustentável, na prática significa promover a exploração de áreas ou o uso de recursos planetários (naturais ou não), sem desequilibrar o ambiente e as comunidades humanas e toda a biosfera que dele dependem para existir. Nas últimas décadas, o desenvolvimento sustentável tem sido um dos principais temas em debate das grandes corporações mundiais a fim de sensibilizar a população de que o planeta e seus recursos são finitos.

Porque escolher Cabo Verde para falar de Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável? Conhecer as Políticas Públicas, torna-se uma peça chave para quem pretende desenvolver o mundo de forma sustentável. É relevante falar de desenvolvimento sustentável em um país de desenvolvimento médio, com um índice alarmante de desemprego e pobreza, em que o turismo é a principal fonte de rendimento, isto é, apostar na sustentabilidade torna-se mais do que viável, para atrair mais turistas e mais investidores para o país.

Desde a primeira Conferência das Nações Unidas (ONU) para o meio Ambiente Humano que aconteceu em Estocolmo em 1972, a comunidade internacional tem debatido o tema da sustentabilidade e as possíveis formas de desenvolvimento. Outras conferências da ONU se sucederam a esta primeira, como a ECO 92 no Rio de Janeiro, Brasil, a Conferência de Johannesburgo no ano 2000, a Rio +20 em 2012 também no Rio de Janeiro, além da mais recente, a Cúpula do Desenvolvimento Sustentável que aconteceu na sede da ONU em NovaYork em setembro de 2015.

Por isso propõe-se um estudo aprofundado nesse ramo, para melhor compreender como as políticas públicas podem ser relevantes para o seu desenvolvimento sustentável. Portanto, pergunta-se: **como as ações propostas pela ONU para o desenvolvimento sustentável estão sendo incorporadas nas políticas públicas de desenvolvimento sustentável na República de Cabo Verde?**

## 1.2 OBJETIVOS

### 1.2.1 Objetivo Geral



Examinar como as ações propostas pela ONU para o desenvolvimento sustentável estão sendo incorporadas nas políticas públicas de desenvolvimento sustentável na República de Cabo Verde.

### **1.2.2 Objetivos Específicos**

- a) Analisar a relação dos programas de desenvolvimento sustentável propostos pela ONU com as políticas públicas governamentais;
- b) Descrever a evolução do desenvolvimento de Cabo Verde seja ele referente ao desenvolvimento econômico, social ou ambiental;
- c) Examinar a aplicação de políticas propostas pela ONU em suas conferências para o desenvolvimento sustentável nas políticas públicas governamentais de Cabo Verde.

## **1.2 JUSTIFICATIVA**

A priori, foi um pouco difícil escolher um tema para esta monografia. Pesquisando, decidiu-se por um tema relacionado ao país de origem da pesquisadora e que pudesse vir a contribuir com o seu desenvolvimento. Portanto, foi proposto desenvolver um tema que está afligindo toda a população mundial nos dias de hoje e, não sendo diferente nesse país estudado: Políticas Públicas para a promoção do Desenvolvimento Sustentável em Cabo Verde. Portanto, o objetivo do estudo é examinar como as ações propostas pela ONU para o desenvolvimento sustentável estão sendo incorporadas nas políticas públicas de desenvolvimento sustentável na República de Cabo Verde. Sabe-se que Cabo Verde não possui recursos naturais que permitem a sua sustentabilidade financeira, portanto conta com o auxílio externo de países amigos. Contudo, possui vários lugares bonitos, atrativos que proporcionam momentos agradáveis aos turistas. Praias lindas, com uma grande variedade de animais marinhos, vulcão, montanhas, dunas de areia branca, entre outros.

Garantir a sustentabilidade das pequenas grandes riquezas torna-se imprescindível para quem aposta no turismo como uma proposta para o desenvolvimento do país.

O momento é oportuno para a realização desse estudo porque, mostra a viabilidade e a importância de apostar nas políticas públicas como forma de garantir a sustentabilidade. Contudo, é uma tarefa muito árdua e difícil para um país de desenvolvimento médio.

A pesquisa foi viabilizada baseando-se em materiais bibliográficos e documentais disponibilizados pelo Governo de Cabo Verde nos seus Programas de Governo para as respetivas legislaturas. Também foram encontrados dados revelantes no FMI, na ONU e no Banco Mundial para a coleta de dados.

Por fim, este trabalho será relevante para a pesquisadora, a ponto de compreender, analisar e quem sabe futuramente poder auxiliar no seu desenvolvimento contínuo.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O objetivo da fundamentação teórica é fazer uma breve análise dos estudos de autores que já desenvolveram e escreveram sobre o tema em questão, ou seja, estabelece diretrizes para o desenvolvimento e compreensão do tema (VIANNA, 2001).

Portanto, os próximos capítulos do trabalho a serem desenvolvidos, irão relacionar temas que coadunam com a pesquisa, para o melhor entendimento do mesmo. Desta forma, serão desenvolvidos temas como o Desenvolvimento Socioeconômico, Sustentabilidade, Agenda 21, Mudanças Climáticas e por fim Políticas Públicas.

### 2.1 DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

Com o término da Segunda Guerra Mundial (1945), o tema desenvolvimento, virou uma enorme preocupação. O século XVIII foi datado como época das transformações econômicas, sociais, políticas e culturais. Com o Iluminismo, a ideia do homem em relação à natureza, se altera, considerando-a como objeto de controle, de livre utilização e de exploração. Contudo, a emancipação do homem, acontece juntamente com a revolução industrial, a produção e a geração de riquezas passa a depender dos ciclos da natureza (BURSZTYN *et al*, 2011).

Nas décadas de 1960 a 1980, houve uma crescente preocupação por parte de alguns cientistas, ambientalistas, políticos e funcionários públicos em relação aos problemas ecológicos e sociais das economias herdadas da revolução industrial. Devido às constantes preocupações da sociedade civil, a Organização das Nações Unidas (2015) iniciou um ciclo de conferências, como objetivo de tentar resolver essas aflições.

Depois de trinta anos de expansão econômica, ambientalistas de vários países reuniram-se, na Conferência de Estocolmo de 1972, que foi considerada um marco histórico do nascimento do Direito Ambiental Internacional, tendo como assunto principal o Meio Ambiente - poluição, sinônimo do desgaste ambiental (VIO *et al*, 2001). Ainda que latente, o conceito de desenvolvimento sustentável pensando

nas gerações vindouras, fazia-se presente na conferência. No mesmo ano 1972, surge o relatório de Roma, realizado pelo Instituto Tecnológico de *Massachussets* (MIT), com a liderança de Dennis Meadows e sob encomenda do Clube de Roma com o objetivo de pensar sobre sistema global e encorajar novas atitudes, entre os quais o combate à degradação ambiental. Este relatório chamado “Limites do Crescimento”, ou simplesmente Relatório Meadows, conforme afirma Oliveira (2012), que mesmo tendo colocado a questão ambiental na agenda política mundial, gerou controvérsias profundas e muitas críticas pela desconfiança de que esta elite empresarial e intelectual propunha controle sobre o crescimento da população com medidas austeras. "O caráter catastrófico, que indicava a fome, a poluição e o crescimento demográfico como vilões de um futuro sombrio, ressaltava a importância da contenção do crescimento e proclamava a adoção da política do “crescimento zero” para todos os países” (OLIVEIRA, 2012, p.78). De acordo com Vio et.al. (2001), deste relatório, saíram três conclusões:

- 1) A tendência do crescimento populacional (poluição, industrialização, produção de alimentos e o esgotamento dos recursos naturais);
- 2) A possibilidade da alteração da tendência, referidas acima, através da sustentabilidade econômicoecológica (associação da economia e da ecologia);
- 3) A população mundial deveria adotar como meta uma perspectiva de estabilização.

Na realidade os críticos acreditavam que estas pressuposições levariam a um controle do desenvolvimento socioeconômico por parte dos países industrializados e importaria aos países ainda em fase de desenvolvimento a permanecerem nesta condição por serem impedidos de utilizar seus recursos em larga escala e a fazerem um controle rígido de suas populações (LEMOS, 1991). Cavalvanti (2003) sugere que a tese do crescimento zero, desconsiderando o crescimento contínuo da sociedade industrial, é uma crítica aos outros modelos de desenvolvimento industrial. Desta forma, o autor propõe a estagnação do desenvolvimento da sociedade industrial apostando numa outra forma de desenvolvimento sem comprometer o ambiente.

Segundo Bursztyn *et al* (2001), informa que o relatório de Roma, criou muita polêmica. Alguns defendiam a seriedade do relatório, por outro lado os opositores contestavam os estudos referentes à possibilidade de incorporar

inovações tecnológicas capazes de economizar ou substituir o uso dos recursos existentes.

Conforme relata os estudos de Vio *et al* (2001), 10 anos após a Conferência de Estocolmo, a Comissão Mundial da ONU sobre o Meio ambiente e Desenvolvimento (UNCED), em 1987, apresentou um documento chamado "Nosso Futuro Comum", mais conhecido por Relatório Brundtland. Neste importante relatório consta que a humanidade é capaz de tornar o desenvolvimento, sustentável, explorando os recursos naturais existentes, sem comprometer a sustentabilidade das gerações futuras. Enfatizou o aquecimento global e a destruição da camada de ozônio, realçando a preocupação em relação à velocidade das mudanças estarem ultrapassando a capacidade das disciplinas científicas e das habilidades de avaliar e propor soluções.

Para Cavalcanti (2003), o Relatório Brundtland surgiu a partir das causas complexas dos problemas socioeconômicos e ecológicos da sociedade.

Nesse mesmo relatório foi proposto a implementação de um programa mais adequado ao desenvolvimento sustentável:

- a) Uso de novos materiais de construção;
- b) Reestruturação da distribuição de zonas residenciais e industriais;
- c) Aproveitamento e consumo de fontes alternativas de energia (solar, eólica, geotérmica, etc);
- d) Reciclagem de materiais reaproveitáveis;
- e) Consumo racional de água e de alimentos;
- f) Redução do uso de produtos químicos prejudiciais à saúde na produção de alimentos.

Dias (2003) faz uma breve análise do relatório de Brundtland enfatizando dois conceitos pertinentes:

- 1) A necessidade, aquelas que são primordiais á sobrevivência dos pobres e que devem ser primordiais na agenda de todos os países;
- 2) Os estágios atingidos pelas tecnologias e pelas organizações sociais possuem limitações ao meio ambiente, conseqüentemente impedem de atender as necessidades presentes e futuras.

Ecodesenvolvimento foi uma concepção usada em 1973 para caracterizar uma nova alternativa de política do desenvolvimento. Nessa mesma época foram

desenvolvidas alguns princípios básicos que deviam guiar o caminho do desenvolvimento (CAVALVANTI, 2003);

- a) A satisfação das necessidades básicas;
- b) A solidariedade com as gerações futuras;
- c) A participação da população envolvida;
- d) A preservação dos recursos naturais e do meio ambiente em geral;
- e) A elaboração de um sistema social garantindo emprego, segurança social e respeito a outras culturas;
- f) Programas de educação.

Ainda analisando o ecodesenvolvimento, Cavalcanti (2003), primeiramente destacou as regiões rurais da África, Ásia e América Latina como as mais afetadas. Nos dias de hoje o conceito ecodesenvolvimento é usado como sinónimo de desenvolvimento sustentável.

A Declaração do Rio 92 buscou uma aliança entre o princípio do desenvolvimento sustentável e o desenfreado desenvolvimento econômico (VIO *et al*, 2001). Mostrou que a segurança econômica e o bem-estar humano dependem única e exclusivamente de ecossistemas saudáveis e realçou a importância de acordos políticos globais para promover o desenvolvimento sustentável. Foi graças a Rio 92 que hoje, existem fortes compromissos como a sustentabilidade do meio ambiente e consequentemente com a qualidade de vida da população.

Em 1997, houve a terceira Conferência, realizada em Kioto, destacou-se a relação entre o ambiente e a economia, salientado a necessidade da revisão da tendência do desenvolvimento sem comprometer o ecossistema, regulando o bem público de modo a diminuir a desigualdade social. Esta conferência ressaltou no Protocolo de Kioto (DIAS, 2007).

Segundo o raciocínio de Dias (2007), pode-se encontrar alguns dos principais pontos do protocolo:

- a) Os países desenvolvidos se comprometem a reduzir suas emissões de abaixo do registrado no ano de 1990. De maneira conjunta, devem reduzir suas emissões em 52%.
- b) Os países poderão participar de sistemas de intercâmbio de direitos de emissão;

c) Países não desenvolvidos devem desenvolver programas para melhorar seus sistemas de informação e de inventários de emissão;

d) Criar um mecanismo para o desenvolvimento limpo, no qual os países em vias de desenvolvimento poderão receber investimentos dos países desenvolvidos, destinados a abater emissão que aqueles realizem em seus territórios;

e) O protocolo deveria entrar em vigor 90 dias depois de que houvesse sido ratificado por menos de 55 países, incluindo um conjunto de países que representam pelo menos 55% de suas emissões totais;

f) Ficou determinado reduções obrigatórias de gases que provocam efeito estufa por parte dos países desenvolvidos.

Segundo Rocha (2003), foi só depois da conferência de Estocolmo sobre Mudanças climáticas que os governantes dos países presentes aderiram a convenção das Nações Unidas e entrou em vigor a 16 de Fevereiro de 2015. Portanto, a entrada em vigor do protocolo de Kioto foi um marco para a história considerando o futuro do nosso planeta.

Segundo a Cimeira do Milênio das Nações Unidas (2000), a declaração do Milênio é considerado um documento histórico para o presente século a medida que reflete as preocupações de 147 Chefes de Estado e de Governo e de 191 países, que participaram no maior encontro dos dirigentes mundiais. Foram definidas metas concretas para combater a pobreza extrema, fornecer água potável e educação para todos, reduzir a propagação do VIH/SIDA e alcançar outros objetivos no domínio do desenvolvimento, reforçando a paz mundial.

Na Confêrencia de Joanesburgo sobre o desenvolvimento Sustentável (2002) os dirigentes mundiais declararam que a “profunda linha de fratura” entre ricos e pobres representa uma ameaça importante à prosperidade e estabilidade mundial, ou seja, deve ser aprovado um amplo plano que contém metas mundiais específicas em termos de redução da pobreza, água salubre e saneamento, e mortalidade infantil, para combater esse flagelo. Na mesma conferência, os dirigentes presentes, reafirmaram o compromisso para o cumprimento da Agenda 21 que foi aprovado no Rio 1992. Desta forma, o amplo plano (contendo 8 propostas) exorta que o cumprimento das metas deve ser até o final do ano 2015 (CIMEIRA DE JOANESBURGO, 2002).

De acordo com o Ministério das Relações Exteriores (2015), em 2012 foi realizada a Rio+20 (Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável), sobre o título “o Futuro que Queremos” estabelecendo um elo entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento. O ponto com maior enfoque nessa conferência foi a erradicação da pobreza extrema, sem deixar de lado a criação dos objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a criação do Foro Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável e o incentivo ao fortalecimento do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).

A última conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, deu origem à Agenda de Desenvolvimento Sustentável Pós-2015 atualmente denominada de Agenda 2030 ou “Cúpula das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável 2015” que acomodará 17 objetivos juntamente com as ações e diretrizes que sucederá no período de 2016 a 2030. Esta nova Agenda esclarece que todos os países membros das Nações Unidas (países desenvolvidos e subdesenvolvidos) terão que alcançar as metas estabelecidas no que tange ao desenvolvimento nas dimensões Económicas, Sociais e Ambientais. Além de abordar assuntos sobre ODS, também preocupa-se com a forma de atingir os objetivos, ou seja, engloba o financiamento, a transferência de tecnologia, capacitação técnica, o comércio internacional e o monitoramento das actividades desenvolvidas ao longo do período estabelecido – 2016 á 2030 (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 20015).

Continuando o assunto abordado acima sobre a Agenda 2030, o Portal Brasil (2015), ressalta que a agenda é única em seu apelo por ação a todos os países, quer sejam eles desenvolvidos, de desenvolvimento médio ou em desenvolvimento, reconhecendo assim, a importância da elaboração de um plano que erradique a pobreza em todas as dimensões, de forma irreversível, em todos os lugares, não deixando ninguém para trás. A mesma enfatiza que a erradicação da pobreza deve andar a par e passo com um plano que promova o crescimento econômico e dê respostas as necessidades sociais, educacionais, de saúde, da proteção social e oportunidades de trabalho.

A nova teoria do desenvolvimento marca uma nova filosofia que adequa eficiência econômica com justiça social e prudência ecológica. Cavalcanti (2003) faz



uma breve abordagem do desenvolvimento sustentável, sinalizando uma alternativa às teorias e aos modelos tradicionais do desenvolvimento.

Se por um lado a globalização possui aspectos positivos, consequentemente possui aspectos negativos. Ela torna-se devastadora, quando indivíduos são excluídos pelo modelo de produção atual onde a mão-de-obra humana é substituída por máquinas, ou seja, aumentam a pressão sobre o meio, provocando a degradação com a queima de lenha para cozinhar, despejam seus esgotos no curso d'água, são vetores de doenças terríveis como vírus da AIDS e a ébola (BURSZTYN, 2001).

Gro Harlem Brundtland, salientou no Relatório Brundtland que “Em um mundo globalizado, estamos todos interconectados. Os ricos estão vulneráveis às ameaças contra os pobres e os fortes, vulneráveis aos perigos que atingem os fracos” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2015).

Seguindo as lições de Maníglia (2011), o homem, o Estado e os povos, têm direito ao desenvolvimento. O Direito Internacional no que se refere aos Direitos Humanos é constituído pelo Direito ao Desenvolvimento, permitindo o acesso a todos os homens, independentemente da nacionalidade, cidadania, abrangendo os países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Deste modo, todos os homens têm os mesmos direitos ao conhecimento, ao mesmo tipo de valores sobre os elementos fundamentais da vida, detentores do referencial comum que os caracteriza como integrantes da humanidade.

Abordando os ensinamentos de Maníglia (2011) o Direito Internacional ao Desenvolvimento é composto pelas seguintes características:

a) “Desenvolvimento” podendo ser vista de vários ângulos, como a economia a sociedade e a cultura.

b) Diferença económica entre os países, levando a reestruturação das estruturas jurídicas e políticas auxiliando o Direito Internacional.

O momento é oportuno para frisar a relação existente entre o Direito ao Desenvolvimento, o Direito Internacional Econômico e o Direito Internacional ao Desenvolvimento, destacando o mesmo campo de actuação entre eles. O subdesenvolvimento é um problema económico, contudo, o Direito Internacional de Desenvolvimento abrange o campo político, social e cultural (MANÍGLIA, 2001).

## 2.2 SUSTENTABILIDADE

De acordo com Maníglia (2011), o termo desenvolvimento sustentável, teve a sua origem em 1980 e foi oficialmente consagrada no relatório o “Nosso Futuro Comum” (Relatório Brundtland) da Conferência sobre o Meio Ambiente em 1987. Portanto, desenvolvimento sustentável diz respeito à harmonia entre a exploração dos recursos naturais, direcção dos investimentos, desenvolvimento tecnológico e as mudanças institucionais.

Antes de entrar-se no tema sustentabilidade, tem se que entender, que a sociedade atual é classificada para os cientistas ambientais, como insustentável a médio e a longo prazo. Cavalcanti (2003) propõe seis fatores da insustentabilidade contemporânea:

- 1) O crescimento contínuo e permanente em um planeta finito;
- 2) A acumulação, cada vez mais rápida, de materiais, energia e riqueza;
- 3) A ultrapassagem de limites biofísicos;
- 4) A modificação de ciclos biogeoquímicos fundamentais;
- 5) A destruição dos sistemas de sustentação da vida;
- 6) A aposta constante nos resultados da tecnociências para minimizar os efeitos causados pelo crescimento.

Com a finalidade de andar a par e passo com o processo da globalização econômica e para garantir as possibilidades das gerações vindouras, surgiu a sustentabilidade. Característica de um processo de desenvolvimento que procura garantir as condições desejadas para as gerações futuras (SILVA, 2006).

Para Dias (2007), a desenvolvimento sustentável possui três dimensões, a econômica, a social e a ambiental. Quando se abordam as três dimensões do desenvolvimento sustentável, almeja-se o equilíbrio entre elas.

A sociedade atual precisa mudar o estilo de desenvolvimento insustentável, migrando para um outro modelo de desenvolvimento baseado nos pilares da sustentabilidade (CAVALCANTI 2003).

De acordo com Sorrentino *et all* (1995), surge uma nova forma de desenvolvimento, baseada na utilização consciente e sustentável dos recursos naturais permitindo a sua reposição e realimentação preservando as futuras gerações.

Para Villeneuve (*apud* Nunes, 2005), desenvolvimento sustentável, propõe assegurar uma gestão responsável dos recursos de forma a atender as necessidades de todas as gerações, as atuais e as vindouras.

Dias (2007) conceitua desenvolvimento sustentável como a relação harmônica entre o homem e a natureza, como centro de um processo de desenvolvimento que satisfaça as necessidades e as aspirações humanas.

As dimensões espaciais e culturais foram inseridas no tema desenvolvimento, porque há uma necessidade de compreender a interação do homem em todos os aspectos (SILVA, 2006).

Com base nos estudos de Bursztyn *et al* (2001), observa-se que nas sociedades mais influentes, os ambientalistas e organizações político-partidárias (partidos verdes), já mostravam o seu descontentamento em relação à gradativa degradação ambiental. A qualidade de vida, requer um ambiente sustentável.

Primeiramente, é importante entender que há uma interdependência entre o homem e a natureza, isto é, não se pode dissociar o homem da natureza e vice-versa. A natureza tornar-se, sem dúvida a peça essencial para a sua sobrevivência (VARELLA *et al*, 1998).

Retomando as reflexões de Bursztyn *et al* (2001), é necessário compreender e agir de acordo com a ética da sustentabilidade, considerando a vulnerabilidade de condições futuras de vida relativamente às acções realizadas hoje. A exploração dos recursos naturais, não deve e nem pode desrespeitar a escala do ecossistema e dos ecociclos, a medida que isto constitua, um dos princípios que guiam a sociedade na direcção do desenvolvimento sustentável (CAVALCANTI, 1997).

Cavalcanti (2003) realça o surgimento da sustentabilidade ética como a expansão e recuperação da experiência moral do homem, embora ainda esteja um pouco teorizado. Portanto, sustentabilidade ética refere-se às políticas de desenvolvimento usadas na ordenação e regulação do poder de agir. A sustentabilidade torna-se ética devido aos valores pertencentes ao homem, isto é, cabe a ele a responsabilidade de escolher entre alternativas de acção com saber e vontade.

De acordo com a sugestão de Jonas (1979, *apud* Bursztyn *et al*, 2011) responsabilidade ética, comprometendo com a protecção do *ser*, uma responsabilidade com o *ser*, que restrinja o homem de destruir o *ser*.

Habermas (1973, *apud* Cavalcanti, 2003) faz várias reflexões sobre a ética ambiental, concluindo que a modernidade mudou a sua visão do mundo clássico e medieval, tornando numa visão norteada pela auto-preservação. Contudo, as políticas de auto-preservação relativas à ética ambiental não garantem a sua preservação.

As acções de hoje comprometem o amanhã, isto é, a palavra desenvolvimento sustentável deve ser lembrada e vivida todos os dias a fim de impedir problemas futuros (SILVA, 2006). Muitas vezes, o ser humano age como que as suas decisões e intervenções de hoje fossem reversíveis. A dura verdade, é que não se pode reverter o desencadeamento dos efeitos não desejáveis das decisões de hoje.

As tecnologias voltadas à sustentabilidade, exigem muito conhecimento e muitas habilidades, isto é, incluem processos de produção e circulação de produtos como os modos de organização social, padrões de ganho, processamento de informações, etc, (BURSZTYN *et al*, 2011). O desenvolvimento sustentável possui suas limitações que não são absolutas, mas sim impostas pelo estágio actual da tecnologia e da organização social, referente aos recursos naturais e pela capacidade da biosfera de absorver os efeitos da actividade humana (VIO *et al*, 2001). O desenvolvimento sustentável tem como principal objetivo melhorar as condições de vida dos homens, respeitando os limites de carga do ecossistema (NUNES, 2005).

Dias (2007) enfatiza que a pobreza não compactua com o desenvolvimento sustentável, salientando a necessidade de que as políticas ambientais devem ser parte integrante do processo de sustentabilidade e não mais uma responsabilidade sectorial fragmentada.

Becker e Miranda (1997) propõem uma reflexão acerca do desenvolvimento sustentável, em que nota-se claramente a contradição entre o que todos pensam e o que fazem para mudar isso. É de conhecimento de todos que o estilo actual está contribuindo paulatinamente para a insustentabilidade do planeta no que diz respeito à justiça social, contudo, não se regula o acesso aos recursos

naturais onde querem aproveitar do termo sustentabilidade para introduzir uma restrição ambiental no processo de acumulação de capital, sem enfrentar os processos institucionais e políticos que regulam a propriedade e o controle.

Nessa mesma linha de pensamento, D'Isep; Junior e Medauar (2009) defendem que todos os responsáveis políticos, empreendedores públicos e privados devem estar cientes dos seus direitos e deveres a fim de haver solidariedade entre os povos e as gerações, com intuito, de mudar a forma como administram o bem público.

Nos estudos de Casara (2007), muitos tem sido os conceitos atribuídos a sustentabilidade e as metas traçadas para seu alcance, contudo, trata-se de um processo contínuo com principal dependência dos acontecimentos históricos, sociais, econômicos e culturais, já que sustentabilidade não é, e nunca será, uma noção de natureza precisa, discreta, analítica ou aritmética, visto que, a terra e os seus habitantes encontram-se em constante mutação.

As reflexões de Becker e Miranda (1997) apontam que é necessário uma mudança cultural das civilizações para que se possa falar de desenvolvimento sustentável, o que implica dizer, que o problema da sustentabilidade está enraizado na cultura das civilizações e para que isso mude, as pessoas têm que pensar de forma sustentável (sociedade-natureza).

O modelo actual, pautado pelo neoliberalismo e pela crescente globalização, tem sido uma ameaça para o desenvolvimento sustentável, ou seja, há uma grande desigualdade entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos, onde alastra a pobreza extrema (VIO *et al*, 2001).

Para Vio *et al* (2001), a sociedade actual está vivendo uma intensa crise ambiental, devido à falta de controle da qualidade de vida que está relacionada com a racionalização do desenvolvimento económico do Estado que marginalizou a protecção do ambiente. Cavalcanti (1997) escreve que o sistema económico deve ser considerado como um subsistema do ecossistema e não vice-versa, ou seja, primeiro temos que considerar que ecossistema é uma entidade não crescente (finita) e que os recursos naturais não se multiplicam, daí, vale a pena reconsiderar sobre a expansão do sistema económico actual.

A proposta da sustentabilidade é uma tentativa de salvar o planeta e a vida dos homens que nela habitam. Com a degradação da natureza, limitando

somente a sua exploração para fins econômicos, agora é a hora de pensar na natureza no sentido mais abrangente como meio de realização ética, estética, política, contemplativa e religiosa (SORRENTINO, 1995).

Um dos grandes problemas em debate tem sido sempre a desigualdade que há entre países ricos e pobres, isto é, a superação da pobreza está ligada ao desenvolvimento sustentável, com a melhoria da alimentação, saúde e habitação, explorar mais fontes de energias renováveis, inovação das tecnologias que beneficiem tanto países ricos como pobres, seriam uma das muitas soluções para o desenvolvimento sustentável do planeta.

Tem havido progressos técnicos, no que tange os limites ambientais, mas não são suficientes para os eliminar, o crescimento econômico é condição necessária mas não suficiente para a eliminação da pobreza e das disparidades sociais (CASARA, 2007). Seguindo o mesmo raciocínio, percebemos que a falta de consciência ambiental por parte dos homens e a expansão demográfica são elementos importantes na crise ambiental (VIO *et al*, 2001).

Actualmente, muitos autores já começam a falar sobre uma economia voltada para a sustentabilidade. Cavalcanti (2003) diz que economia da sustentabilidade surgiu da preocupação com o processo econômico, condicionado pelas leis fixas da natureza, ou seja, existe uma serie de recursos naturais que suportam o progresso econômico, portanto, é possível conciliar os progressos econômicos sem degradar o ambiente.

A sustentabilidade econômica para Nunes (2005), significa alocação e gestão eficiente dos recursos naturais, superação das barreiras entre países ricos e países pobres, limitações tecnológicas e as eficiências econômicas avaliadas em termos macrossociais.

Também ele realça a interdependência homem-natureza, explicando que o ecossistema não permite perturbações por parte dos homens impunemente, ela precisa de estabilidade.

A mudança de pensamento e de atitude, refletindo no modo de viver, na produção e no consumo contribuem para que a sociedade actual consiga atingir o desenvolvimento sustentável e pós sustentável, enfatiza Nunes (2005).

### **2.2.1 Agenda 21**

Na ótica de Dias (2007), a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, realizada no Rio de Janeiro em 1992, contou com a participação de muitos países e onde foi pautado os problemas ambientais mundiais e o estabelecimento do desenvolvimento sustentável como principal premissa. Dessa conferência resultou cinco documentos básicos em que o mais abrangente foi o estabelecimento de uma agenda 21, constituindo um programa mundial que estabelece diretrizes ou metas que ajudam no alcance do desenvolvimento sustentável nas mais diversas áreas (economia, sociedade e ambiente) para o século 21.

A palavra agenda deriva do latim *AGERERE*, que significa registro, em geral com data do dia-a-dia, destinado a anotação de compromissos, de encontros, de despesas, etc...Isso significa dizer, que a agenda 21 não foge muito dessa definição, constituindo um plano de governo contendo os programas de desenvolvimento e projetos ambientais de cada país, planejamento com pesquisas, levantamentos estatísticos de dados, sistematização de informações, projecção de curto, médio e longo prazo. A Agenda 21, portanto, é um conjunto de propostas e diretrizes com o propósito de ajudar a alcançar o desenvolvimento sustentável estabelecendo um elo entre governos e sociedades (FIGUEIRÓ, 2001).

A Agenda 21 reconhece a importância dos cidadãos no que tange os processos de tomada de decisões, planejamento e implementação, relacionando a sociedade e a responsabilidade colectiva, ou seja, cada pessoa tem que ter a nítida consciência dos nossos atos a fim de promover o desenvolvimento sustentável no mundo.

Para Holthausen (2001), a cultura da dignidade é uma das propostas chaves da Agenda 21 a serem combatidas, ou seja, o ser humano deve superar o consumismo e adoptar uma cultura de consumir o que necessita. O mais importante vai ser a mudança de atitude, sem ela a agenda não funciona, precisa-se de pessoas capazes de fazê-la funcionar. “O futuro que você quer, que todos nós queremos, deverá ser aceito e implementado pelos governantes para que o nosso país seja um lugar digno num futuro próximo.” (FIGUEIRÓ, 2001)

De acordo com Philippe Le Preste (1997), a Agenda 21:

[..]Consiste em definir uma parceria mundial entre diferentes atores empenhados na luta pelo desenvolvimento durável, sobretudo entre os países ricos e pobres, dando precisão aos problemas a resolver, os

objetivos a perseguir, os meios a utilizar e as responsabilidades de cada um. (LE PRESTE, 1997:221).

Segundo o Ministério do Meio Ambiente (2015), a Agenda 21 pode ser explicada como um instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas, que conciliando os métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica.

A Agenda 21 Local constitui um processo de planejamento participativo de um determinado território que envolve a implantação, de um Fórum de Agenda 21, composto pelo governo e pela sociedade civil. O Fórum é responsável pela construção de um Plano Local de Desenvolvimento Sustentável, que estrutura as prioridades locais por via de projetos e ações de curto, médio e longo prazo. Desta forma, são também definidas as responsabilidades do governo e dos demais setores da sociedade local na implementação, acompanhamento e revisão desses projetos e ações (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2015).

A Agenda 21 foi e continua sendo um marco importante na história da humanidade, visto que houve um consenso mundial para a adoção da mesma, mas, a responsabilidade maior continua sendo dos governos a fim de manterem a sociedade organizada, estimulando novas ideias que entrem em parceria com o tripé da sustentabilidade - economia, sociedade e ambiente. Isto implica a introdução de novas leis de proteção ambiental, a taxação produtos não ecologicamente sustentáveis, a introdução da contabilidade ambiental, abolindo o pensamento que os recursos naturais são somente fontes gratuitas de lucro (HOLTHAUSEN, 2001).

Continuando o raciocínio de Figueiró (2001), a adaptação da agenda 21 constitui uma das ferramentas indispensáveis para expressar as condições de cada país, de cada Estado e de cada município. Isto significa dizer que, cada país deve desenvolver a sua Agenda 21 a fim de expressar a sua realidade contribuindo para o seu desenvolvimento sustentável, portanto, nenhum país deve adotar as mesmas políticas para a Agenda 21, tendo em conta que cada um tem o seu nível de desenvolvimento, o seu clima entre outros, isto contribuiria para a insustentabilidade.

Ainda focando nos estudos de Dias (2007), sabe-se que em 1997 foi realizada em New York a Rio+5, com o objectivo de analisar a implementação eficaz da Agenda 21. Decorrentes a muitas discussões referentes ao financiamento da sustentabilidade, foram obtidos alguns resultados:



a) Adotar objetivos juridicamente vinculantes para reduzir a emissão dos gases do efeito estufa, os quais são causadores das mudanças climáticas;

b) Avançar com mais vigor para modalidades sustentáveis de produção, distribuição e utilização de energia;

c) Focar a erradicação da pobreza como requisito prévio do desenvolvimento sustentável.

Para o alcance das mudanças, o documento deixa claro a carência do desenvolvimento de políticas e estratégias nacionais que estimulem a implementação das medidas propostas pela agenda, isto é, o estabelecimento de padrões de consumo e produção sustentáveis, com a finalidade de reduzir as pressões ambientais e conseguir atender às necessidades básicas da humanidade (OLIVEIRA,2007)

Desta forma, Oliveira (2007), cita que a Agenda 21 traz em sua última sessão os meios para a implantação dos objetivos por ela propostos, a saber, os principais são:

a) A criação de uma ciência para o Desenvolvimento Sustentável, com vistas a fortalecer a base científica para o manejo sustentável, o aumento do conhecimento científico sobre o tema, para melhor avaliação científica no longo prazo, e por fim aumentar as capacidades e potenciais científicos;

b) Instrumentos e mecanismos jurídicos internacionais;

c) Mecanismos nacionais e cooperação internacional para fortalecimento institucional nos países em desenvolvimento, para a coleta tratamento e difusão de dados e informações, com vistas a desenvolverem a aptidão a fazer escolhas, executar decisões e assimilar novas tecnologias;

d) E, sobretudo, recursos e mecanismos de financiamento, e transferências de tecnologia de países ricos para os países em desenvolvimento.

Silva (2006) faz referência a uma nova Agenda 21 da Cultura aprovada em 2004 Barcelona, voltada ao comprometimento dos direitos humanos, diversidade cultural e com a sustentabilidade. Observa-se que a diversidade cultural é uma necessidade social básica, elaborando uma serie de recomendações a todos os governantes.

O ano de 2015 para a Organização das Nações Unidas (2015), será um ano promissor, que reunirá os países e população global para a adoção de uma

nova agenda de desenvolvimento sustentável e chegar a um acordo global sobre a mudança climática. Decidirão também os novos caminhos para melhoria da vida das pessoas em todos os lugares, desta forma, será determinado o curso global de ação para acabar com a pobreza, promover a prosperidade e o bem-estar para todos, proteger o meio ambiente e enfrentar as mudanças climáticas.

### **2.2.2 Mudanças Climáticas**

As alterações climáticas globais constituem um dos maiores desafios da humanidade, por ser a nível global e por depender da consciência de cada homem habitante do planeta, no quesito consumo e mudança de hábitos (MORAES, 2008).

A preocupação com o destino do planeta é uma preocupação de todos, que só terá efeito com a participação ampla dos governos, empresas e cidadãos, cada um fazendo a sua parte para a proteção do mesmo.

Primeiramente, a temática do aquecimento global era considerada fundamentalmente meteorológico, posteriormente veio a consensualização de que era um problema oriundo de vários factores, dinamizando-o pelas mudanças climáticas, salienta Maruyama (2009).

A poluição atingindo o ar, as águas, o solo, prejudicando a saúde, a segurança e o bem-estar do homem, ou causando danos á flora e á fauna, é o preço que o homem e o planeta têm de pagar por causa do progresso técnico. Desta forma existem vários tipos de poluição que segundo Maníglia (2011), são eles: poluição sobre o meio aquático, poluição sonora, poluição radioativa e poluição atmosférica.

O estudo da poluição atmosférica é relevante porque ela é extremamente prejudicial, sendo que os gases poluentes são libertados pelas fábricas e pelos motores dos automóveis comprometendo assim, os integrantes naturais do ar. O desmatamento também pode ser considerado um dos fatores geradores da poluição do ar, isto é, as áreas verdes têm influência sobre o ambiente (MANÍGLIA, 2011).

Maruyama (2009), fala que atualmente a emissão de CO<sub>2</sub> aumenta de 1 a 1,4 ppm por ano, mesmo havendo sempre campanhas mundiais de redução de emissão de gases tóxicos, o aumento prolongará.

Outro fator relavenate para o estudo das mudanças climáticas, mais especificamente é o efeito estufa. Este é problema seríssimo, que não deve ser

deixado para o futuro, nem desconsiderar as políticas ou até mesmo a promoção de debates que ajudem na tomada de consciência da sociedade civil para possíveis problemas futuros. Todavia, mesmo perante vários estudos e pesquisas que comprovam as causas e efeitos do efeito estufa, alguns economistas inviabilizam investimentos destinados as incertezas ambientais (MORAES, 2008).

A atividade humana tem provocado a elevação da temperatura global, com isso, o efeito estufa, revelando no excesso de concentração de gases tóxicos na atmosfera. Dias (2007) explica que a queima de carvão natural, petróleo e derivados, emite uma grande quantidade de gases tóxicos (dióxido de carbono, ozônio, óxido nitroso, metano, etc), acelerando o aquecimento do planeta e as mudanças climáticas.

O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climática (criado em 1988), tem como objetivo a produção final de um relatório avaliando a evolução das mudanças climáticas, seus impactos ambientais, socioeconômicos, a fim de tentar solucioná-las com políticas públicas que entrem em concordância com o problema em questão (BARBOSA; SANTOS JUNIOR, 2007).

Ainda baseando nos estudos de Dias (2007), sabe-se que a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992), propôs obter a estabilidade da concentração de gases que provocam o efeito estufa, de modo a não interferir no sistema climático que sustenta a vida na Terra.

De acordo com Barbosa e Santos Junior (2007), os governos que fizeram parte da Convenção de 1972 no Rio, adotaram como premissa, estabilizar a emissão de gases tóxicos que resultam o efeito estufa. Desta forma, a Convenção orienta os governos a trabalharem conjuntamente na implementação de iniciativas que reduzam os embates da actividade humana, levando em conta a realidade socioeconómica de cada país. Os países desenvolvidos e os em desenvolvimento, devem racionalizar a emissão de gases poluentes.

Decorrente dessa Convenção, resultou o Protocolo de Kyoto, que inclui metas oficialmente fixadas para os países industrializados, acordando a redução da emissão de gases de efeito estufa em 5,2% em relação a década de 90. Porém, o protocolo de Kyoto não tem força legal, penalizando os países da convenção que violarem as metas (BARBOSA, SANTOS JUNIOR, 2007).

A proposta do novo século é controlar as emissões de gases e regular a utilização da atmosfera como um bem público global de acesso livre, ou seja, a atmosfera sendo universal, o que fazemos num lado do mundo ecoa no outro lado. Por conseguinte, os Estados mais desenvolvidos, devem racionalizar a emissão de gases tóxicos e os menos desenvolvidos onde se encontra a maior parte da vegetação, devem buscar um novo estilo de crescimento econômico que não sacrifique a sustentabilidade ecológica, proporcionando um equilíbrio ambiental (DIAS, 2007).

Conforme Moraes (2008), observa-se que se por um lado tem havido pouco interesse do homem para com esse tema, noutra ângulo, há fortes investimento tecnológicos para cessar no curto e longo prazo a emissão de gases tóxicos à atmosfera, de modo que, o problema agora, é controlar as emissões dos gases tóxicos, superando as barreiras comportamentais, políticas, econômicas e sociais existentes. Contudo, o que se gasta hoje no combate às alterações climáticas, tem mais valor no conceito ético para a preservação do bem-estar atual e futuro.

Para resolver tais problemas, é imprescindível considerar todas as áreas do conhecimento, organizando um conjunto de medidas e políticas que minimizem as causas e os efeitos desse fenômeno e tentar conter os reflexos negativos à vida do planeta (MORAES, 2008).

### **2.2.3 Educação Ambiental**

Silva (2006), informa que em 1974 a Assembleia Geral da UNESCO aprovou uma resolução que diz que a “Educação para o desenvolvimento é a educação para a compreensão, a paz e a cooperação internacional é a educação relativa aos direitos do homem e às liberdades fundamentais”.

Segundo Ressurreição (2012), a educação ambiental é uma das medidas essenciais para a conscientização e para a sustentabilidade. Visto que, o modelo actual de desenvolvimento econômico, acaba causando a emersão de problemas sociais graves tais como a pobreza, a fome, a miséria, que afetam todas as camadas sociais. Para que haja a transformação almejada, ou garantir as

características da sustentabilidade, é nessa hora que a educação desempenha um papel importante (SILVA, 2006).

Sorrentino *et al* (1995) explica, que a tomada de consciência do homem em relação ao vínculo com a natureza, está-se a ter noção e a entender a sua responsabilidade para com o meio ambiente, a isso, damos o nome de educação ambiental. Portanto, educação ambiental diz respeito a concepção que cada homem assume como membro do ecossistema a fim de viabilizar a sua permanência no planeta.

Na ótica de Silva (2006), a educação é importante na medida em que influencia os meios de implementação do desenvolvimento sustentável, ou seja, ajuda na tomada de consciência, da responsabilidade que nos todos os seres humanos têm em relação ao desenvolvimento e a preservação do ambiente sem afectar o ecossistema.

A Educação Ambiental é uma estratégia consolidada que explica os valores associados a preservação ambiental, com o objetivo de levar o homem a reflectir sobre a relação homem/natureza, isto é, considerando a sua posição face ao universo (SORRENTINO *et al*, 1995).

Sorrentino *et al* (1995) enfatiza que há uma enorme dificuldade em adquirir a educação ambiental, no mundo capitalista onde os direitos inerentes à cidadania não estão ao alcance da maioria, compete ao homem assegurar para si, e para as futuras gerações um ambiente capaz de suprir as necessidades físicas e psicossociais. Desta forma, é primordial haver esforços referentes à passagem das ideias as acções concretas, isto é, agir de acordo com a educação ambiental garantindo a estadia do ser humano na natureza por mais tempo, sem deixar de lado a conciliação dos objectivos económicos, sociais em relação a natureza.

## 2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS

Nada mais justo que começar a falar de Políticas Públicas voltadas para o desenvolvimento tendo uma breve noção do que se trata.

Ao se estudar a política, depara-se com uma vasta área de atuação podendo dividí-la em três dimensões: *polity*, *politics* e *policy*, ou seja, a dimensão

institucional da política, a processual e a material (SCHMIDT, 2008). Desta forma, é importante saber do que se trata as três dimensões:

**1. *Polity*** (dimensão institucional) – diz respeito à ordem do sistema político delineada pelo sistema jurídico e a estrutura institucional do sistema político-administrativo. Pertencentes a esta dimensão encontramos o sistema do governo, estrutura e funcionamento do executivo, legislativo e judiciário;

**2. *Politics*** (dimensão processual) – abrange a dimensão dos processos que compõe a dinâmica política e a competição pelo poder que lhes é inerente. Atua fazendo a relação entre o poder executivo, legislativo e judiciário, atua o processo de tomada de decisão nos governos, nas relações entre Estado, sociedade civil, composição eleitoral e parlamentar, etc.

**3. *Policy*** (dimensão material) – compreende os conteúdos das políticas públicas, ou seja, o Estado em ação, ou seja, é o resultado da combinação entre as políticas institucionais e processuais. A essa dimensão pertencem as questões políticas de um modo geral: condicionantes, evolução, atores, processos decisórios, resultados, etc.

Resultante da análise do autor supracitado, observa-se a nítida relação de reciprocidade entre as três dimensões da política. Contudo, é importante salientar as respectivas áreas de actuação de cada uma facilitando a compreensão das mesmas (SCHMIDT, 2008).

Segundo Sorrentino *et al* (1995), pode-se definir política como a arte de bem governar o povo, adotando princípios que auxiliam os programas de ação governamental. Ao falar-se de políticas públicas, tem-se a clara noção de que elas dizem respeito às políticas estatais que promovem a assistência técnica a amplos setores da população, especialmente aos mais desfavorecidos e aos trabalhadores em busca do bem-estar social. Deste modo, a totalidade de metas, planos e ações que os governos traçam para o bem-estar da sociedade e do interesse público buscam atender as expectativas da sociedade (MANÍGLIA, 2011).

Para Bursztyn *et al* (2011), políticas públicas, servem para defender o interesse da coletividade, na aplicação de recursos públicos. As políticas públicas compreendem no mínimo duas dimensões:

- 1) Dimensão política (ações do governo); e

2) A dimensão pública (do imperativo – Rua, são decisões e ações que requerem do poder público).

Há uma interação entre o poder público e os vários segmentos organizados da sociedade. Schmidt (2008) fala das tipologias das políticas públicas, sendo a mais conhecida a de Theodor Lowi proposto na década de 1960 que abrange 4 tipos de políticas nomeadamente:

**1. Políticas Distributivas** – distribuição de recursos nas sociedades a regiões ou a segmentos sociais específicos;

**2. Políticas Redistributivas** – consistem na redistribuição de renda, dos mais ricos para os mais pobres “*Robin Hood*”, ou seja tem relação direta com a seguridade social;

**3. Políticas Regulatórias** – têm a função de regular e ordenar, perante ordens, proibições, decretos, portarias. Desta forma, criam normas para funcionamento de serviços e instalações de equipamentos públicos, distribuindo custos e benefícios de forma equilibrada entre os grupos sociais;

**4. Políticas Constitutivas ou Estruturadoras** – definem procedimentos gerais da política afetando as condições pelas quais são negociadas as demais políticas. As políticas constitutivas dizem respeito à dimensão *polity*, no que se refere à criação ou modificação das instituições políticas.

Voltando ao pensamento de Sorrentino *et al* (1995), vê-se que o comportamento do homem muitas vezes torna-se predatório, comprometendo o seu bem-estar. Para amenizar tal situação é necessário a existência de políticas públicas ambientais coerentes com as necessidades reais do homem, estabelecendo regras de uso, preservação, conservação dos recursos naturais.

Os objetivos das políticas públicas têm que ser muito bem analisadas, considerando as contradições ideológicas, sociais e institucionais do próprio discurso da sustentabilidade destacando a ecologia, o ambiente, a sociedade, a cultura entre outras características (BECKER; MIRANDA, 1997). As políticas de consumo das grandes metrópoles contribuem para o desgaste ambiental, ao se mudar essas políticas, transformando um estilo de desenvolvimento extremamente depredador, socialmente perverso e politicamente injusto.

Maníglia (2011) faz menção aos avanços tecnológicos, que contribuem para o aumento da produção em detrimento dos anseios da classe média

consumista, contribuindo assim para o distanciamento entre pobres e ricos. Isto é, o poder aquisitivo dos pobres não combina com os avanços desenfreados da tecnologia, fazendo com que a tecnologia chegue só a uma determinada classe social.

Portanto, há que se fazer uma revisão das políticas públicas ambientais nacionais e internacionais voltadas para o presente perspetivando o futuro. Maníglia (2011), no seu estudo, mostra que é possível haver uma relação harmônica entre o desenvolvimento tecnológico e a sobrevivência sustentável do meio ambiente apostando nas políticas públicas.

Devido ao excesso dos processos de produção e consumo, os recursos naturais tornam-se cada vez mais raros, isto é, têm limitações, são escassos e possuem um carácter finito. As políticas públicas ambientais constituem barreiras que permitem a preservação dos recursos naturais (D'ISEP; JUNIOR; MEDAUAR, 2009).

Dando um especial enfoque à depravada relação entre a miséria e a degradação ambiental, é essencial a existência de políticas públicas de desenvolvimento mais adequadas, proporcionando a melhor distribuição de renda, concludentemente a melhor qualidade ambiental (MANÍGLIA, 2011).

O esgotamento ambiental, não se resume somente à exploração de recursos não renováveis, é necessário ter uma visão ampla e distinta do processo económico, da dimensão biofísica, das leis e princípios que regem a natureza. O crescimento económico actual, não considera a ecologia no seu crescimento, ou seja, é importante a elaboração de regras e leis que unam o desenvolvimento económico desenfreado com o sistema ecológico da terra (CAVALCANTI, 1997).

Para Sorrentino *et al* (1995), as regras surgem com a necessidade de evitar a degradação dos recursos. Sem regras para auxiliar os seres humanos como usar, como preservar, punindo quem desobedece, o meio ambiente cairá num enorme abismo afectando tanto os recursos naturais que são limitados e de lenta renovação, tanto quanto a vida do homem. Se não houver regras a serem seguidas, os recursos podem se esgotar, absorvendo a oportunidade de uma vida digna na terra.

Cavalcanti (1997) considera a capacidade de suporte do ecossistema em relação à exploração dos recursos naturais, ou seja, limites e sustentabilidade são



categorias ecológicas significantes quando o assunto diz respeito a relação existente entre ao processo econômico e ao ecossistema. Portanto, à política do governo voltada ao desenvolvimento sustentável, não pode desconhecer tais capacidades, tem que ligar políticas públicas com o poder de suporte do ecossistema.

Seguindo o mesmo raciocínio de Cavalcanti (1997), as políticas públicas desenvolvidas com fins sustentáveis devem preocupar-se com:

- a) Propostas de desenvolvimento em todo o lugar,
- b) Especial atenção aos alicerces ambientais para obtenção do bem-estar humano;
- c) Aceitar que o crescimento não pode ser infinito, sem limitações ecológicas.

Na observação de Dias (2007), o poder público tem um papel importante na obtenção da produção mais limpa e ecoeficiente. O PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) orienta os governantes a aplicarem políticas públicas que ajudem a alcançar os desafios da sustentabilidade observando medidas como:

1. Introduzir reformas regulatórias (processos de melhoria continua):

- Incentivar um cumprimento negociado por parte das indústrias, utilizando manuais gerais e flexíveis, dialogo aberto entre governantes e empresas;
- Priorizar a produção mais limpa em relação ao controle da contaminação, evitando o uso de tecnologias específicas;
- Estabelecer regulações que premiam as empresas que adotem processos mais limpos.

2. Utilizar instrumentos econômicos:

- Incluir a produção mais limpa no desenvolvimento de novos instrumentos, tais como impostos ambientais, subsídio e programas de assistência;
- Eliminar subsídios á água, energia e outros materiais naturais;
- Oferecer assistência a pesquisa e desenvolvimento tecnológico orientados para obter processos, produtos e serviços mais limpos.

3. Proporcionar medidas de apoio (ao serem identificados dificuldades na adoção das medidas surgem alguns objectivos):

- Proporcionar informações às empresas sobre os aspectos técnicos e gerenciais para aplicar processos mais limpos;

- Apoiar programas para a produção mais limpa que ajudem a consciencializar, para investigação e desenvolvimento tecnológico, assim como para melhorar o entendimento do assunto dentro do governo e das empresas;

- Oferecer assistência á adequação de programas educativos dirigidos às empresas para que adoptem enfoques preventivos;

- Estabelecer esquemas de assistência para transferência de tecnologia.

4. Obter assistência externa (quando os países não possuem muita experiencia, podem recorrer a ajudas externas):

- Identificar e recorrer á assistência ou cooperação internacional para que apoiem suas iniciativas a esse respeito;

- Comprometer recursos próprios para empatar com os que lhes sejam oferecidos através da assistência ou cooperação.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para que o desenvolvimento de um tema tenha um teor científico, ela deve ser desenvolvida de acordo com as bases científicas, sendo necessário um planejamento prévio, ou seja, a elaboração deve ser de acordo com as normas e a previsão da metodologia científica.

Pádua (2004) considera que o método científico consiste na aplicação de técnicas, que formam a atividade da pesquisa, com a finalidade de elaborar conhecimentos, com o objetivo de compreender e transformar a realidade.

Desta forma, método científico pode ser considerado como um conjunto de procedimentos intelectuais e teóricas utilizadas no alcance do conhecimento (GIL, 1999).

De acordo com os estudos de Cervo e Bervian (2002), o método científico faz com que o cientista questione a realidade, tendo em conta o caminho da dúvida metódica, aplicando-o no campo das ciências sociais, de modo positivo, isto é, a pesquisa preocupa com o que é e não com o que se pensa que deve ser.

O objetivo da pesquisa é solucionar um problema, o método conduz a busca da solução do problema. O método científico pode ser definido como uma série de etapas estruturadas e orientadas para obter uma grande precisão e legalidade aos resultados de uma pesquisa (GRESSLER, 2004).

Para a averiguação da realidade, utiliza-se o método científico, ela possibilita a descoberta das relações constantes e necessárias entre os fenómenos. Para isso, são estabelecidas as leis que permitem a obriedade da natureza (FONSECA, 2009).

#### 3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Segundo Cervo e Bervian (2002), a pesquisa tem como principal finalidade a solução de problemas teóricos ou práticos juntamente com os processos científicos. A partir de um problema, usa-se o método científico em busca da resposta. Na mesma linha de raciocínio, a pesquisa destina-se a solucionar problemas, utilizando um método para verificar e analisar essas respostas,

buscando também uma inovação no processo do conhecimento, explica Martins (2008).

Desta forma, o desenvolvimento deste tema, no que tange aos fins, pode ser classificado como uma pesquisa descritiva e quanto aos meios bibliográfica e documental.

Para Mattar (2001), a pesquisa é considerada descritiva, quando a forma de estudo adota procedimentos formais, com objetivos o previamente definidos, para que se possa responder ao problema formulado. Tem como finalidade descrever as características de grupos, instituições, empresas, pessoas, entre outros, estabelecendo uma relação capaz de ser coerente entre as variáveis consideradas. A pesquisa descritiva busca estimar as relações comportamentais manifestadas por uma população ou amostra levada em consideração.

Malhotra (2004) ressalta que a pesquisa descritiva é do tipo de pesquisa conclusiva na forma de um levantamento feito para quantificar a importância das diferentes causas sociais para as organizações. Isto é, Cervo e Bervian (2002) explicam que com a realização da pesquisa descritiva, busca-se o conhecimento das diferentes situações e relações que ocorrem na política, na vida social, na economia, etc e outros aspetos sobre o comportamento humano.

Dando referência aos meios, a pesquisa é do tipo bibliográfica, documental e de campo. Segundo Cervo e Bervian (2002), pesquisa bibliográfica, constitui um procedimento básico para estudos monográficos, pelos quais se busca o domínio do tema em estudo. Ela é utilizada no auxílio da fundamentação teórica, baseando nos livros e documentos (do passado ou do presente), contendo as informações primordiais para o desenvolvimento do tema em questão (MARTINS, 2008).

Portanto, para realização deste estudo, torna-se imprescindível a utilização da pesquisa bibliográfica para conhecer melhor os assuntos tratados no trabalho, facilitando assim, obtenção de informações que contribuam para a solução dos problemas.

Martins (2008), diz que a pesquisa documental, consiste na coleta de dados importantes para o trabalho em estudo, baseando na consulta de livros, registros considerados cientificamente autênticos.

Contudo, para a continuação do estudo, foi necessário a análise dos Programas do Governo e das estratégias implementadas em Cabo Verde no combate aos danos ambientais para a melhor compressão do estudo em caso.

### 3.2 DEFINIÇÃO DA POPULAÇÃO-ALVO

População é constituída por conjunto de pessoas, animais, objetos, que detêm características homogêneas, isto é, todos os indivíduos que possuem a mesma cultura, os mesmos valores, a mesma nacionalidade ou praticam atividades económicas, sócias e educativas idênticas (MARTINS; THEOPHILO, 2009).

A população é a soma ou o agregado de todos os elementos que fazem parte de um conjunto de características comuns e que concebe o universo para o problema de pesquisa (MALHOTA, 2004).

Portanto, para a delimitação do público-alvo a ser analisado no presente estudo, analisou-se os Programas do Governo de Cabo Verde, juntamente com a análise das estratégias que já foram aplicados e que estão sendo aplicadas. Em suma, os dados analisados foram disponibilizados pelo Ministério do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território.

Figura 1: Definição da população-alvo



**Fonte:** Sistema de informação territorial de Cabo Verde

#### 3.2.1 Tipo de abordagem

Como técnica de análise dos dados foi utilizada a abordagem qualitativa. A abordagem qualitativa para Marconi e Lakatos (2002), analisa e interpreta aspectos mais específicos, aprofundando-os e descrevendo a complexidade do

comportamento. São analisados de maneira mais detalhada os hábitos e atitudes, compreendendo o comportamento dos indivíduos e grupos.

Teixeira (2005), esclarece que na pesquisa qualitativa, procura-se aproximar a teoria e os dados, entre o contexto e a acção, compreendendo os fenómenos através da descrição e interpretação, salientando que as experiências pessoais do pesquisador são fundamentais na análise e compreensão dos fenómenos estudados.

### 3.3 PLANO DE COLETA DE DADOS

Na pesquisa, utilizou-se dados secundários. Entende-se por dados secundários, dados provenientes da pesquisa bibliográfica que se faz necessária para o embasamento teórico. Esse tipo de pesquisa necessita de um estudo sistematizado desenvolvido com base em materiais de diversos tipos (tais como livros, artigos científicos, revistas, entre outros), publicados e acessíveis ao público em geral (VERGARA, 2007).

### 3.4 PLANO DE ANÁLISE DE DADOS

Utilizar um plano de análise de dados, torna-se relevante para o pesquisador conseqüentemente para o trabalho, ou seja, proporciona conhecimento sobre os dados coletados que serão usados na pesquisa, dando respostas aos questionamentos levantados podendo assim, fazer a devida relação entre os dados e as hipóteses formuladas (MARCONI, LAKATOS, 2002).

Posterior a análise detalhada dos documentos oficiais e estratégicos de Cabo Verde, prossegue-se ao desenvolvimento do tema em estudo no Capítulo 4.

### 3.5 SÍNTESE DOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta etapa será apresentada de forma sintética a definição dos procedimentos metodológicos, contendo os objetivos específicos que foram elaborados ao longo do trabalho pela pesquisadora. Objetiva classificar o tipo de pesquisa quanto aos fins, meios de investigação, coleta dos dados, procedimentos de coleta dos dados e a técnica de coleta dos dados na qual será apresentada.

Quadro 1: Síntese dos procedimentos metodológicos

<b>Objetivos específicos</b>	<b>Tipo de pesquisa quanto a fins</b>	<b>Meios de investigação</b>	<b>Classificação dos dados da pesquisa</b>	<b>Técnica de coleta de dados</b>	<b>Procedimentos de coleta de dados</b>	<b>Técnicas de análise dos dados</b>
a) Analisar a relação dos programas de desenvolvimento sustentável propostos pela ONU com as políticas públicas governamentais;	Descritiva	Bibliográfica e documental	Secundária	Análise de dados, livros e documentos oficiais	Levantamento de documentos do período referente ao investimento	Qualitativa
b) Descrever a evolução do desenvolvimento de Cabo Verde seja ele referente ao desenvolvimento econômico, social ou ambiental;	Descritiva	Bibliográfica e documental	Secundária	Análise de dados, livros e documentos oficiais	Levantamento de documentos do período referente ao investimento	Qualitativa
c) Examinar a aplicação de políticas propostas pela ONU em suas conferências para o desenvolvimento sustentável nas políticas públicas governamentais de Cabo Verde.	Descritiva	Bibliográfica e documental	Secundária	Análise de dados, livros e documentos oficiais	Levantamento de documentos do período referente ao investimento	Qualitativa

**Fonte:** Elaborado pela pesquisadora

## 4 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UMA ANÁLISE DA REPÚBLICA DE CABO VERDE

Nesse primeiro momento é mais do que necessário fazer uma retrospectiva dos acontecimentos que marcaram Cabo Verde, do descobrimento, passando pelo povoamento, escravatura, formação de sociedade cabo-verdiana, luta pela independência nacional, formação do partido único, até os dias de hoje.

### 4.1 DA DESCOBERTA AO POVOAMENTO

Situado no Oceano Atlântico a 455 km<sup>2</sup> do continente africano, encontra-se o arquipélago de origem vulcânica formado por dez ilhas e cinco ilhéus totalizando uma superfície de 4 033 km<sup>2</sup>, com uma Zona Econômica Exclusiva (ZEE) que ultrapassa os 600 000 km<sup>2</sup>. Tendo em conta a posição dos ventos, Cabo Verde é formado por dois grupos, as ilhas do Barlavento: Santo Antão (779 km), São Vicente (227 km), Santa Luzia (35 km), São Nicolau (343 km), Sal (216 km), Boavista (620 km) e os ilhéus Branco e Raso; o segundo grupo é denominado Sotavento: Maio (268 km), Santiago (991 km), Fogo (476 km) e Brava (64 km), e os ilhéus de Santa Maria (2 km), Luís Carneiro (0,22 km), e Cima (1,15 km) (ANDRADE, 1998). Segundo consta no mapa abaixo:

Figura 2: Mapa de localização de Cabo Verde



Fonte: Praia Gueshouse Restaurante (Cabo Verde)



Andrade (1998) explica que por estar localizado na zona sub-saheliana, o arquipélago possui um clima árido e semiárido, com duas estações, a das chuvas “aságua” (Agosto a Outubro) e a estação seca (Dezembro a Junho). Os meses de Novembro e Julho são considerados meses de transição.

Explorando os estudos de Andrade (1998), sabe-se que as ilhas foram encontradas por navegadores a mando da coroa portuguesa: Luís de Cadamosto, António da Noli, Diogo Afonso e o almoxarife Diogo Gomes. Para recompensar os navegadores pela descoberta das ilhas, D. Fernando dividiu a ilha de Santiago (a maior) em duas capitanias, a meridional (Ribeira Grande) sobre a protecção de António da Noli e a setentrional (Alcatraz) a Diogo Gomes, beneficiando de muitos privilégios económicos, detendo o direito de taxar os impostos, conceder as terras para aos colonos em regime de sesmaria, detendo enormes poderes de jurisdição, limitados somente pelo tribunal do Reino em relação às causas penais. Mais tarde, na metade do século XV, houve o sistema de Morgadios e Capelas, que foi abolido no ano de 1864 (ANDRADE, 1998).

O povoamento ocorreu no ano de 1462 em Ribeira Grande que emergiu como centro socioeconómico, administrativo, militar e religioso, sob a administração de António da Noli que juntamente com membros da sua família e alguns portugueses do Alentejo e do Algarve. Resultante do clima, muitos foram os que recusaram a viver na ilha, contudo, D. Fernando para incentivar a emigração solicitou privilégios e liberdades conseguidos através da Carta Régia de 12 de Junho de 1466.

Segundo o Ministério da Cultura de Cabo Verde (2015), Ribeira Grande, tornou num dos principais portos de escala obrigatória dos navios negreiros nas rotas atlânticas que a história registrou, permitindo a expansão colonial em direcção à África, América e Índias, ajudando assim, na rede de distribuição de mercadorias, plantas, animais e homens. Ribeira Grande transformou-se em uma placa giratória, ou seja, era lá que aconteciam o comércio transatlântico de escravos (Rios da Guiné, Cabo Verde e Américas).

A falta de mulheres brancas, nos primórdios da colonização, fez com que os senhores brancos donos das terras se juntassem com mulheres negras e escravas, dando assim o início da mestiçagem, originando o povo cabo-verdiano. Devido a séculos de convivência e em contato permanente, o povo Europeu e o

Africano, fundiram-se num só povo, resultante de processos de invenção, imitação aprendizagem e de adaptação, ou seja, a mistura dos dois povos, deu origem a uma cultura, e uma língua própria – *O CRIOULO* – que apesar da diferença de pronúncia entre as ilhas, constitui um idioma comum a todas as ilhas independentemente da classe social (ANDRADE, 1998).

Baseando-se, nas bibliografias do Ministério da Cultura (2015), conhece-se que no século XVI e XVII, Ribeira Grande era uma cidade constituída por propriedades privadas, ricos senhores e homens de negócios, instituições do poder executivo: Câmara Municipal, Tribunais, Fortes, Fortaleza, Prisão, Alfândega, Estruturas Religiosas: Catedral, Igrejas, Capelas, Hospital, Residência entre outros.

Santiago foi um dos grandes polos económicos da época: exportavam em bruto a cana-de-açúcar, algodão, peles, couros, tartarugas, milho, óleo, semente de purgueira (*Jatropha curcas*) e sal. Mais tarde nos meados do século XVI, que iniciou-se a tecelagem de panos que durante quatro séculos foi um dos produtos mais importantes do arquipélago, o qual servia para aquisição de escravos, também serviu como moeda de troca para outros produtos.

Pertencendo ao triângulo do tráfico negreiro, em 1585, a Ribeira grande foi saqueada e assaltada por vários corsários e piratas, sendo um deles o pirata inglês Francis Drake, fazendo com que houvesse a construção de grandes Fortalezas para a protecção da mesma. Mais tarde 1712 a cidade foi atacada pelo corsário francês Jacques Cassard, contando com o forte apoio de Louis XVI, com a missão de cometer “todos os actos de hostilidade possíveis nas colónias inglesas, portuguesas e holandesas” (CAMARA DE RIBEIRA GRANDE, 2015). Com isso, instalou-se o clima de insegurança na Ribeira grande, contribuindo assim, para o seu declínio. Outro factor que também contribuiu para o seu declínio e a sua perda de importância foi a forte concorrência das novas potências marítimas (França, Inglaterra, Holanda), a abolição da escravatura (1878), a insularidade do seu clima, fazendo com que muitos habitantes deixassem a cidade instalando-se na então povoação da Vila da Praia, que em 1612 abriu o seu porto. Assim, a cidade de Ribeira Grande entra numa profunda decadência.

Com a abolição da escravatura, Cabo Verde tornou-se colónia de serviço e exportador de mão-de-obra contratual. Isto significa que, instaurou-se um novo tipo de escravatura no arquipélago, os cabo-verdianos foram então obrigados a irem

trabalhar nas roças dos colonos na Guiné Bissau e em São Tomé e Príncipe (ANDRADE, 1998).

Andrade (1998) enfatiza que com a abertura de quatro portos no arquipélago, foi um pouco difícil manter todos em funcionamento, devido às dificuldades financeiras no mesmo período. John Rendall em 1838, construiu o primeiro porto da ilha de São Vicente (Porto Grande) onde funcionou como depósito de carvão, possibilitando a passagem e abastecimento de mais navios estrangeiros, permitindo o desenvolvimento outras actividades a nível interno.

O desequilíbrio entre a população juntamente com o agravamento da seca em 1975 e os recursos disponíveis começam a emergir, obrigando homens e mulheres a emigrarem na procura de melhores condições de vida para si e para a família (ANDRADE, 1998).

#### 4.2 LUTA PELA INDEPENDÊNCIA DE CABO VERDE DE 1963 A 1975

A luta da libertação nacional, não foi apenas uma luta por uma bandeira ou por um hino nacional foi muito mais do que isso, foi uma luta contra a exploração de um povo sobre o outro, contra o imperialismo, contra a dominação do branco sobre o negro, ou seja, contra a exploração do homem pelo homem. Combatentes de vários países lutaram com dignidade, com inteligência e com bravura em prol de uma vida feliz, de uma vida onde cada homem respeita todos os homens, onde a disciplina não será imposta, onde não faltará trabalho a ninguém com salários justos, onde cada cidadão terá direito sobre tudo que construir. “É para isso que lutamos” frase proferida por Amílcar Lopes Cabral herói nacional da Guiné-Bissau e Cabo Verde (PEREIRA, 2004). Cabral temia o fracasso, temia que a luta armada fosse em vão, temia não conseguir a liberdade tanto desejada para todos, contudo, tinha em mente que o continente Africano tinha inúmeros exemplos a serem seguidos, de igual modo, sabia que existia exemplos pelo qual não deveriam ser seguidos.

Laranjeiro (2014) faz uma breve bibliografia de Amílcar Cabral no início do seu estudo sobre Amílcar Cabral: “o que foi e o que dele faremos”. A luz das suas ideologias, Amílcar Cabral juntamente com Aristides Pereira e seu irmão Luís Cabral, fundam em 1956 em Bissau do Partido Africano para a Independência da Guiné-Bissau e Cabo-Verde (P.A.I.G.C), que depois de quatro anos sai da

clandestinidade. Do combatente Amílcar Cabral, se deve a sua liderança ideológica, militar e política. O aspecto carismático da liderança de Cabral reside na sua capacidade sem precedentes de combinar uma actividade política efectiva e pragmática, com o respeito pelos direitos humanos e uma ambição de estabelecer uma estrutura de Estado de carácter socialista. Para iniciar e delinear as estratégias da luta armada, até o seu início, Cabral analisou o sistema colonial da então Guiné colónia portuguesa, diagnosticando a relação entre os diversos grupos étnicos e o dinamismo que cada um destes grupos estabelecia com o domínio colônial português. Assim, antes de desenhar a estratégia para a luta de libertação nacional, procurou compreender as dinâmicas coloniais impostas e como elas tinham moldado os povos que compunham o território. Um dos aspectos mais carismáticos desta luta foi ela ter assumido um carácter continental, ao englobar os povos da Guiné-Bissau e Cabo Verde. Finalmente, as noções de autonomia e independência nacional, que nasceram nos anos 40 junto com a geração Cabral (ANDRADE, 1998).

Segundo Pereira (2004), antecedendo a luta armada, teve uma organização mesmo que na clandestinidade, as populações da Guiné Bissau já estavam mobilizadas em grande parte do país (cidades e campos), prepararam os quadros, armaram algumas pessoas com armas tradicionais e a luta armada foi desencadeada. A luta armada teve seu início em 1963, com o ataque ao quartel Tite no sul da Guiné-Bissau a partir de bases na Guiné-Conacri. A estratégia de luta é denominada de centrífuga, porque foi desencadeada do centro para as periferias, pegando de surpresa os tropas portugueses que esperavam a invasão do país, devido a esse fato, concentraram as suas tropas nas fronteiras na Guiné e do Senegal.

De acordo com Andrade (1998), em 20 de Janeiro de 1973, Amílcar Cabral foi assassinado, por combatentes do seu próprio partido, contudo, esse crime irreparável para o povo guineense e cabo-verdiano, ainda não foi desvendado sem se saber o mentor de tal crime. "Se alguém me há-de fazer mal, é quem está aqui entre nós. Ninguém mais pode estragar o PAIGC, só nós próprios" frase proferida por Amílcar Cabral (ANDRADE, 1998).

Cabral repetirá imensas vezes "na luta, não disparamos apenas tiros, estamos a forjar uma nação" (PEREIRA, 2004). A luta pela libertação avançava passo a passo em várias frentes, políticas, militares, diplomáticas em rumo da

construção de um novo Estado nas áreas libertadas. Os tropas portuguesas iam perdendo espaço e controle sobre a população e em várias áreas, pelo que praticamente, se escondendo nos quartéis, até que em 1973 com a introdução de novas armas soviéticas, é ganha a guerra (PEREIRA, 2004).

A República da Guiné-Bissau foi proclamada a 24 de Setembro de 1973 nas zonas libertadas de Boé após 10 anos de luta. O Governo português reconheceu o Estado Guineense e os direitos do povo cabo-verdiano à independência, consequentemente reconhece o P.A.I.G.C como representante do povo a partir dos acordos de Londres e Argel a 26 de Agosto de 1974. Nesse momento as condições já estavam preparadas para a Constituição de um governo de transição em Cabo Verde que meses depois elegeu uma Assembleia Constituinte (56 deputados e 72 suplentes todos cabo-verdianos). Finalmente a 5 de Julho de 1975, o povo cabo-verdiano torna-se independente, sendo proclamada a República de Cabo Verde (ANDRADE, 1998).

#### **4.2.1 Campo de Concentração do Tarrafal ou “Campo da morte lenta”**

A Colônia Penal ou Campo de Concentração do Tarrafal foi criada a 23 de Abril de 1936, no Decreto-Lei n.º 26 539, por António de Oliveira Salazar, com o intuito de afastar todos que eram contra os regimes ditatoriais e autoritários, nomeadamente os presos por crimes políticos e sociais, sob dependência da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado, PVDE, isolando-os de tudo e de todos em condições precárias e de tortura (MORAIS, 2011).

Segundo a jornalista Moraes (2011) o Campo de concentração do Tarrafal funcionou em 3 períodos. O primeiro, com o nome de Colônia Penal, que foi de 1936 á 1954, funcionando como campo de exílio e extermínio para presos políticos europeus. O mesmo assemelhava-se a um campo de concentração nazi. Os presos eram torturados, não recebiam cuidados caso estivessem doentes (padecendo até a morte), não havia energia eléctrica nem água potável para os presos, as condições eram desumanas. Contudo, o campo foi desativado em Janeiro de 1954 por Salazar. De 1961 á 1974, datado como o segundo período, a então Colônia Penal reabre com o nome de “Campo de Trabalho de Chão Bom”, destinava-se a prender os militares e combatentes dos movimentos africanos anticoloniais, durante a luta de

libertação. A grande maioria dos presos eram Angolanos (31 presos) e Guineenses (100 presos). As condições haviam mudado um pouco de figura, os presos eram pagos uma quantia simbólica e o atendimento médico passa a ser semanalmente. Os últimos presos da muralha foram libertados em 1 de Maio de 1974. O terceiro e último período foi pós-independência de 25 de Abril de 1975 a 19 de Julho de 1975, os presos nesse momento eram indivíduos (70 presos) que eram contra a união da Guiné-Bissau e Cabo Verde ou de pertencerem à Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE) e prisioneiros considerados cúmplices do aparelho repressivo colonial, inimigos da independência e do PAIGC.

Desde 2010 o Campo de Concentração do Tarrafal, “Campo da morte lenta” é considerado Património da Humanidade junto a UNESCO (MORAIS, 2011).

#### 4.3 A EVOLUÇÃO DAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO EM CABO VERDE

Para uma melhor compreensão do trabalho, neste capítulo será apresentado alguns aspectos relevantes sobre Cabo Verde, destacando a Política (Estabilidade política, os direitos humanos, a liberdade de imprensa à participação, a justiça e a dimensão gênero), a Economia, tendo o setor privado como o motor de desenvolvimento e a Sociedade (educação, desemprego, formação profissional e a dinâmica da pobreza).

Devido à localização geográfica de Cabo Verde, é imprescindível para este estudo, que sejam citados os projetos desenvolvidos no Continente Africano em busca da sustentabilidade, pois os projetos ligados à sustentabilidade no continente ecoam e têm impacto também em Cabo Verde.

No final da década de 70 e início da década de 80, o continente Africano foi caracterizado por problemas causados pela instabilidade política, golpes militares, os governos de partido único, as ditaduras e a política da Guerra Fria. Portanto, com o intuito de recuperar a estabilidade, a igualdade e a equidade de gênero, os direitos humanos atodos os países africanos, foram estabelecidas uma série de metas a serem cumpridas para alavancar o seu desenvolvimento, com isso, nasceu a Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD) como resultado de três parcerias (NEPAD, 2015):

1. Plano de Recuperação Millennium África (MAP), liderado pelo Presidente Sul Africano Thabo Mbeki;
2. Plano Omega, trabalhada pelo Presidente do Senegal, Abdoulaye Wade;
3. Criação do NEPAD em 2001, resultado da fusão entre o MAP e o Plano Omega.

Ainda debruçando sobre o estudo do desenvolvimento sustentável no Continente Africano, a aposta para o século XXI segundo Saraiva (2015), é a Nova Parceira para o Desenvolvimento Africano (NEPAD) lançada em Nigéria em Outubro de 2001. Os chefes de Estado da União Africana (UA) assumiram um compromisso de proporcionar mais credibilidade ao continente, o qual foi submetido na década de 1990.

A erradicação da pobreza, o crescimento sustentável em todo o continente africano, a participação ativa na economia mundial e na vida política, dando credibilidade ao continente e aos governantes, constituem a missão da NEPAD, estabelecida através de uma visão conjunta dos líderes africanos (SARAIVA, 2015).

Sendo a NEPAD uma organização séria, tendo as suas metas de curto e longo prazo bem assentes no desenvolvimento sustentável e sustentado de Africa, até 2016 a organização procura alcançar os seguintes objetivos (SARAIVA, 2015):

- a) Crescimento económico de 7% anual durante quinze anos;
- b) Redução pela metade da taxa de pobreza absoluta até 2015;
- c) Matrícula de todas as crianças nas escolas no mesmo período.

Segundo a NEPAD (2015), este programa de desenvolvimento da Africa procura focar em seis áreas específicas, sendo elas:

- 1) Agricultura e Segurança Alimentar;
- 2) Alterações Climáticas e Gestão de Recursos Naturais;
- 3) Integração Regional e Infra-estrutura;
- 4) Desenvolvimento Humano;
- 5) Económico e Governança Corporativa;
- 6) Temas transversais, incluindo Género, Desenvolvimento de Capacidades e Tecnologia de informação e comunicação.

#### **4.3.1 A Evolução da Política da República de Cabo Verde: do autoritarismo à democracia**

A 5 de Julho de 1975, Cabo Verde proclama a independência nacional, elegendo um Presidente da República e forma assim, o primeiro Governo do Estado de Cabo Verde, dirigido por um Primeiro Ministro (ANDRADE, 1998).

Após a independência nacional, os finais da década de 80 e início da década de 90, foram marcados pela abertura económica (1986), aumentando a possibilidade de investimentos privados e externos a todos os setores do país e pela transição política do regime autoritário para o regime democrático. Cabo Verde vivia sobre um regime monopartidário (Partido Africano da Independência de Cabo Verde – P.A.I.C.V.), que teve o seu fim com a abertura política em 13 de Janeiro de 1991, instaurando o pluripartidarismo e a democracia parlamentar. Um dos principais fatores da abertura política foi a criação de um novo partido político - Movimento para a Democracia (MPD) - dando um novo rumo político ao país. Semelhante a alguns países da Europa, a igreja católica de Cabo Verde apoiou de imediato o partido da oposição, devido a algumas desavenças com o partido no poder (PORTAL CASA DO CIDADÃO, 2015).

A inexistência de demais forças políticas, competindo naquelas eleições, determinou o rumo dos resultados, fazendo com que o MPD vencesse as eleições. O voto no MPD simbolizou um “voto protesto” ou “voto mudança” (ÉVORA, 2001).

O MPD governa o país durante 10 (dez) anos consecutivos e o PAICV torna-se no maior partido da oposição desde então. Em 2001 o Partido Africano para a Independência de Cabo Verde assume de novo o governo, liderado pelo atual Primeiro Ministro José Maria Neves e Pedro Verona Pires torna-se o terceiro presidente da República (PORTAL CASA DO CIDADÃO, 2015).

Segundo o último Relatório para a Conferência de Rio+20 (2012), o Estado de Cabo Verde é regido por um modelo republicano e democrático, que tem como princípios fundamentais a unidade do Estado, a separação e a interdependência dos órgãos de soberania, a neutralidade religiosa, a independência dos tribunais, a existência e a autonomia do poder local e a descentralização da administração pública



Consolidado nos princípios da soberania popular, no pluralismo de expressão e de organização política democrática, respeitando os direitos humanos, a República de Cabo Verde organiza-se em Estado de direito democrático. Sendo um Estado democrático a soberania pertence ao povo cabo-verdiano que exerce o seu direito nas urnas com eleições livres, democráticas e justas (GOVERNO DE CABO VERDE, 2015).

A soberania é exercida por quatro órgãos, de acordo com o princípio de Independência dos poderes: o Presidente da República, a Assembleia Nacional, o Governo e os Tribunais. Mas é no parlamento, enquanto centro do sistema, que se decidem as questões estruturais do país (GOVERNO, 2015):

**1. Presidente da República ou Chefe do Estado** - é eleito por sufrágio directo e universal para um mandato de cinco anos, ele detém o poder de aprovar e vetar leis na Assembleia Nacional;

**2. Assembleia Nacional** - (composta por 72 deputados) constitui o centro do poder e desempenha um papel primordial na definição das políticas públicas. É a Assembleia Nacional que aprova ou censura o programa do Governo, nomeia chefe do executivo o líder do partido vencedor das eleições legislativas e tem a competência exclusiva de mudar a política fiscal, com uma maioria qualificada (2/3) dos deputados, ou seja, os partidos com assento parlamentar reveem a Constituição da República;

**3. Governo** - atualmente governado pelo Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV), é formado por uma maioria parlamentar de 41 deputados e tem uma oposição composta por 29 deputados do Movimento para a Democracia (MPD) e dois da União Cabo-verdiana Independente e Democrática (UCID). José Maria Neves, é primeiro-ministro de Cabo Verde desde 2001 e em 15 (quinze) anos já apresentou ao país quatro governos diferentes. Comanda um executivo formado por 17 (dezessete) ministros e 3 (três) secretários de Estado. Desses governantes 8 (oito) são mulheres e todas elas exercem funções de ministra.

**4. Poder Judicial** - conta com o reforço do Supremo Tribunal da Justiça (STJ), que possui a função de Tribunal Constitucional (cinco para sete juizes-conselheiros). A Procuradoria-Geral da República reforça a defesa da legalidade democrática e concede um apoio mais estreito aos procuradores nas comarcas.

**5. Administração Local** - as eleições são feitas de quatro em quatro anos para eleger o presidente da Câmara Municipal. Cabo Verde, conta com 22 câmaras e assembleias municipais. Neste momento os autarcas estão a discutir um novo Estatuto dos Municípios, que propõe reforçar a actividade fiscalizadora que as Assembleias Municipais devem exercer sobre os actos das Câmaras.

O Governo de Cabo Verde, no que diz respeito aos Direitos Humanos em prol da cidadania, tem marcado a diferença, destacando-se na defesa e promoção dos direitos, liberdades e garantias, conteúdos centrais da essência de Estado do Direito Democrático, garantindo o respeito pela dignidade dos homens, reconhecem a inviolabilidade e inalienabilidade dos direitos do Homem como fundamento de toda a comunidade humana, da paz e da justiça (JORNAL ASemana ONLINE, 20015).

A República de Cabo Verde proporcionará condições para a renovação de todos os obstáculos que possam inibir o desenvolvimento da pessoa humana e limitar a igualdade dos cidadãos e a efectiva participação destes na organização política, económica, social e cultural do Estado e da sociedade cabo-verdiana (GOVERNO DE CABO VERDE, 2015).

#### **4.3.2 Economia**

Juntamente com a renovação da confiança no PAICV em 2006, veio também novos Programas do Governo, apostando, nos mais diversos setores do desenvolvimento. Devido à falta de recursos naturais, Cabo Verde aposta fortemente na economia, no que tange ao setor terciário, considerando o setor privado o motor da economia alavancando o desenvolvimento do turismo.

De acordo com as informações do *Porton di nos ilha* (2007-2008), o setor primário de Cabo Verde foi perdendo peso na economia, resultante das condições climáticas (seca) e do nível baixo tecnológico da agricultura, não permitem que o rendimento agrícola tenha produções significativas. A pesca representa uma modesta participação no PIB – 2% (2006), mesmo havendo indústrias de transformação de pescado.

Ainda analisando os dados de 2006, sabe-se que o setor secundário possui dois vieses, a retoma da indústria e a construção representando 17,6% do PIB. O setor industrial cresce no mesmo ritmo que o PIB nominal, contudo, o peso

da construção ascende 18% do PIB (2006), com perspectivas na evolução do nível de importações de material de construção, nomeadamente cimento, ferro, aço e outros materiais (*PORTON DI NHOS ILHA*, 2007- 2008).

Segundo o Banco Mundial (2015), Cabo Verde no ano de 2007 saiu da lista da ONU de países Menos Desenvolvidos, com mérito a boa governação, a gestão macroeconómica sólida, a abertura comercial e a maior integração na economia global bem como a adopção de políticas de desenvolvimento social eficazes sustentaram uma notável trajectória de desenvolvimento. Desta forma, o crescimento *per capita* do produto interno bruto (PIB) real situou-se numa média de 7,1% entre 2005 e 2008, valor bastante acima da média da África Subsariana e dos pequenos estados insulares.

O Ministério das Finanças e Administração Pública (2008), aclara que existem políticas nacionais de desenvolvimento direccionadas às exportações, estimula o desenvolvimento do setor industrial, com políticas que coadunam com a realidade do país tornando-as modernas e competitivas. Cabo Verde possui incentivos governamentais às empresas registadas no país com:

- a) Isenção de direitos aduaneiros;
- b) Isenção de impostos de consumo e de emolumentos gerais na importação de materiais de construção, maquinas, equipamentos, instrumentos e utensílios;
- c) Isenção de impostos nos materiais de transporte de cargas, destinados aos projectos industriais autorizados.

A grande aposta tem sido a ascensão do sector terciário, ditada pelo forte desempenho do turismo, dos transportes, da banca e dos seguros. Considera-se que o setor terciário proporciona mudanças estruturais na economia cabo-verdiana, acarretando o aumento do PIB e a geração de emprego. Esse setor tem importância, na medida em que traz vantagens competitivas de grande propensão para atrair investimentos privados e para a criação do emprego. A reafecção de recursos de sectores menos produtivos para mais produtivos impulsionados pela ascensão e predomínio do investimento privado resultando no aumento da elasticidade do emprego em relação ao crescimento (PROGRAMA DO GOVERNO, 2006-2011).

Decorrente da análise do Programa do Governo de Cabo Verde de 2006 á 2011 destaca-se alguns segmentos do setor terciário que apoiam o

desenvolvimento do turismo, consequentemente a redução do desemprego. Os segmentos dos transportes, das telecomunicações, dos serviços financeiros são considerados como segmentos dinâmicos no crescimento e de grande propensão para a geração do emprego, merecendo uma especial atenção adotando políticas públicas que aumentem a sua eficiência e facilitem a transformação de Cabo Verde, num centro competitivo de serviços internacionais.

O Governo aposta na competitividade da economia de Cabo Verde tanto internamente quando externamente, encaminhando para os sectores que detém vantagens comparativas, transformando-as em vantagens competitivas. A aposta é nos sectores de actividade económica que são tributários destas vantagens, através de políticas públicas específicas de qualificação e promoção.

Segundo o Programa do Governo de 2006 a 2011 (2006), houve um crescimento económico consideradamente forte e sustentado no período de 2001-2005, pelo Fundo Monetário Internacional (FMI, 2005) que afirma:

- O crescimento foi robusto (5,6%);
- A inflação foi baixa;
- A estabilidade cambial foi consolidada graças a um nível substancial de reservas internacionais;
- A dívida pública foi drasticamente reduzida.

Desta forma, o último relatório do FMI em março de 2015 consta que em 2014 Cabo Verde passou por algumas turbulências nomeadamente a diminuição do turismo devido ao surto do vírus Ébola, a seca, a erupção vulcânica na Ilha do Fogo e a não retomada da economia Europeia. Se por um lado o ano 2014 foi menos bom, no outro lado, obteve-se pontos positivos no diz que respeito à exportação de peixe, as remessas dos emigrantes que permaneceram estáveis e a recuperação dos investimentos externos. Contudo houve uma estagnação do crédito ao setor privado, devido ao excesso de liquidez enfraquecendo a transmissão da política monetária e os bancos estão onerados pelo grande volume de créditos mal parados devido ao recente abrandamento económico.

Perspectiva-se que para o ano de 2015, um aceleração na economia como reflexo na recuperação da Europa, recuperando o turismo, aumentando os investimentos diretos estrangeiros, descida dos preços do petróleo, evolução em termos da inflação e reservas internacionais robustas, dando margem para que a

política monetária permaneça acomodatória por algum tempo retoma dos empréstimos bancários ao sector privado, à medida que economia faz progressos na superação do sobre-endividamento. A dívida pública de Cabo Verde é altamente concessional e os indicadores do serviço da dívida mostram que o país permanecerá numa posição confortável para efetuar o pagamento do serviço da dívida no futuro (FMI, 2015).

O Programa do Governo para a VIII Legislatura 2011-2016 (2011), destacam os ganhos alcançados na economia cabo-verdiana nessa última década:

- i. Estabilidade económica com baixa inflação e melhoramos os rendimentos da população, isto é, o rendimento *per capita* actualmente cresceu duas vezes mais em relação à década passada;
- ii. A economia caboverdiana, cresceu ao longo da última década a uma média superior a 6%, apesar dos impactos negativos da recessão económica;
- iii. O setor do turismo cresceu de mais de 10% anualmente;
- iv. O índice da pobreza decresceu mais de 1% anualmente durante a última década (53.000 pessoas saíram do nível da pobreza);

O Programa de Governo supracitado, salienta o cumprimento de quatro dos 8 objetivos de Desenvolvimento do Milênio da ONU, desta forma, o governo reforça a promessa de cumprir as restantes no período estimado – 2015.

Depois do relatório final do FMI, foi a hora de fazer algumas propostas para o Governo de Cabo Verde. As propostas foram (FMI, 2015):

- a) Aumentar a eficiência do sector público, o crescimento de Cabo Verde a longo prazo depende de iniciativas para elevar a produtividade.
- b) Flexibilidade do mercado laboral, acesso ao financiamento e educação e formação, para continuar a reduzir inadequação das competências. Tal contribuiria para a criação de empregos e o crescimento inclusivo do turismo e das empresas locais do sector, bem como para a diversificação económica.

Contudo, Cabo verde possui também programas de investimentos públicos com bases sólidas para o crescimento, todavia, há poucos investimentos no setor público, a iniciativa competirá ao setor privado alavancando o crescimento e o emprego.

Por fim a missão do FMI (2015), parabeniza o Banco de Cabo Verde (BCV), pelo aligeiramento adicional das condições monetárias, pelas medidas

tomadas para facilitar a resolução dos créditos mal parados, apoiar o crescimento económico e reiniciar a concessão de empréstimos bancários ao sector privado, de mesmo modo parabeniza as autoridades pela determinação em amenizar os riscos sem demora, através da contenção dos, isto é, a redução dos investimentos públicos com financiamento externo nos próximos anos.

#### **4.3.3 Sociedade**

De acordo com o Programa do Governo (2006-2011), para o alcance das metas do sistema educativo e a sua modernização implicam, necessariamente, uma capacidade institucional sólida nas áreas de gestão, planeamento, avaliação e a capacidade técnica para a implementação de programas e projectos de desenvolvimento do sistema. Sendo assim, o Governo propõe uma serie de programas de melhoria da qualidade e da equidade na educação, adoptando os seguintes princípios:

- i. Da qualidade, deslocando-se o foco para o processo e resultados da aprendizagem;
- ii. Da equidade, implicando uma grande sensibilidade institucional para as diferenças locais e sociais no acesso à educação, dando uma atenção especial às regiões e grupos sociais menos favorecidos;
- iii. Da pertinência social e económica traduzindo-se numa procura constante de ganhos sociais e económicos para Cabo Verde e para os cabo-verdianos;
- iv. Da participação das famílias nos custos e na gestão e tomada de decisões;
- v. Da descentralização responsável e progressiva da gestão do sistema educativo de acordo com as potencialidades e capacidades das autarquias locais;
- vi. Da parceria social, através do apoio às iniciativas privadas a todos os níveis do ensino, incluindo o superior.

No que se refere a educação, o Ministério das Finanças e Administração Pública (2008), informa-nos que na República de Cabo Verde o sistema de educação está dividido em três subsistemas que compreende, a educação pré-escolar, a educação escolar e a educação extra-escola.

Segundo o Programa do Governo (2006-2011), a educação pré-escolar, é destinada a crianças entre 4/6 anos, sendo que a frequência não é obrigatória e os custos são suportados pelas famílias, pelo Estado, pelo Poder Local e diversas outras entidades não-governamentais, contudo, há assimetria no atendimento e na qualidade das ofertas, abrangendo sobretudo as zonas socialmente mais desfavorecidas. O segundo subsistema, a educação escolar, é dividida pelo ensino básico, ensino secundário e ensino superior.

**i. Ensino básico** - O Governo adoptará medidas para o reforço da melhoria da qualidade pedagógica, para a diminuição das assimetrias geográficas e sociais no acesso e, também para o desenvolvimento de atitudes, valores, comportamentos, capacidades, aptidões, ao mesmo tempo que promoverá a aquisição de conhecimentos e técnicas.

**ii. Ensino secundário** - Privilegia a aquisição de técnicas de aprendizagem (aprender a aprender) aliada a uma sólida base em línguas, nas tecnologias e nas ciências, tendo em vista uma educação geral de qualidade e com um padrão curricular comum. Consolidar os ganhos e valorização científica e profissional da carreira docente, renovando as instituições e dos sistemas de formação, de acompanhamento, de actualização e de avaliação da formação de docentes. Prevê-se, igualmente, o relançamento de dispositivos de orientação escolar e profissional para apoiarem os estudantes com informações claras que facilitem as escolhas e opções de formação (secundário geral ou técnico e superior).

**iii. Ensino superior** - Fruto do sucesso das políticas públicas da educação básica e secundária levadas a cabo nos últimos 30 anos, vem ultrapassando, no entanto, a capacidade do Estado em enquadrá-la, jurídica e institucionalmente, a ponto de se poder declarar que existe um défice de enquadramento estratégico, jurídico e institucional dessa nova realidade do ensino superior. A problemática do acesso ao ensino superior é outra vertente. O ensino superior torna-se, o instrumento de desenvolvimento duradouro do país e motor de sua inserção competitiva no mercado mundial. No que diz respeito ao ensino superior no estrangeiro, o Governo propõe-se continuar a analisar os resultados académicos e a qualidade de vida dos estudantes no exterior, a par da forma como os seus estudos são organizados e financiados, a fim de se definirem e negociarem

novos acordos com universidades de acolhimento e otimizar as relações custo/eficácia.

Continuando a análise do Programa do Governo de Cabo Verde (2006-2011), constatamos que o ensino para adultos de 15 aos 49 anos, pertence ao subsistema da educação extra-escolar, compreendendo actividades de educação base de adultos, capacitando-os para o exercício de uma profissão e de luta contra a pobreza e exclusão social. Contudo, um dos grandes desafios desse subsistema para os próximos anos é a implementação de sistema nacional de formação de adultos à distância, através da rádio, enquanto modalidade especial de ensino e que permite ampliar a oferta de oportunidades de cursos sócio profissionais, a partir dos locais de trabalho e oferecer oportunidades de aprendizagem para jovens e adultos à procura de emprego, através de abordagens pedagógicas inovadoras que permitam uma experiência de ensino-aprendizagem adequada às características dos participantes e as demandas de conhecimento e actividades profissionais. Serão implementados, sob forma de unidades capitalizáveis, vários cursos de formação à distância, ligados ao sector dos serviços, com especial destaque para o turismo, meio ambiente e educação para cidadania.

Cabo Verde possui políticas de emprego segundo o Ministério das Finanças e Administração Pública (2008), que considera não apenas o volume do emprego, mas também a remuneração condigna, pois cerca de 29% da população empregada é pobre, sobretudo indivíduos que trabalham no sector primário, seguido do comércio e da construção civil, perfazendo estes 3 sectores cerca de 56% do emprego a nível nacional, considerando que Cerca de 64% do rendimento das famílias cabo-verdianas provem do salário.

No ano de 2006 a população ativa era de 183.254, sendo que 149.680 encontravam-se empregados e os restantes 33.574 estavam desempregados correspondendo a uma taxa de 18,3%, contra 24% no ano de 2005, ressaltando que a maior taxa de desemprego era entre as mulheres 23% e nos homens de 14%. Desta forma, Cerca de 33% dos desempregados são jovens e destes, 52% são relativamente instruídos (PROGRAMA DO GOVERNO 2006-2011).

De acordo com os Objetivos do Milénio (2008), Cabo Verde tem como desafio retirar cerca de 47.000 habitantes da pobreza extrema, apostando nos Programas de Luta Contra a Pobreza no Meio Rural (PLPR) proporcionando



emprego e rendimento a formação e capacitação profissional, no âmbito do PNLP é de destacar alguns programas:

- a) Construção e melhoramento de infra-estruturas comunitárias para aumento do acesso aos serviços de base nos domínios da educação, saúde, abastecimento de água e saneamento;
- b) Apoio a iniciativas locais;
- c) Promoção de acções de formação para o auto-emprego e actividades geradoras de rendimento, através da concessão de microcréditos.

Contudo é de realçar que a pobreza continua significativa e decorre essencialmente da fragilidade do tecido produtivo e da sua fraca capacidade de gerar emprego, rendimentos e bem-estar às populações (MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, 2008).

#### **4.3.4 Saúde**

Com o sucessivo desenvolvimento de Cabo Verde, tem um bom serviço de saúde garante á população o melhor nível possível de bem-estar físico, mental e social, assegurando a proteção e a promoção da saúde, por um lado e a prevenção, o tratamento e a reabilitação da doença, por outro. O Programa do Governo para a VII Legislatura (2006-2011), desta forma, esclarece que nos últimos anos o serviço de saúde do país atingiu um nível apreciável na prestação de cuidados para responder às necessidades básicas em tema da saúde, sendo necessário estar-se atento nesta matéria, é importante a fim de tentar ultrapassar os desafios.

A satisfação das crescentes necessidades, obriga o Estado e a sociedade a investirem cada vez mais neste sector, quer em termos de recursos humanos, financeiros e materiais, quer ainda no que concerne à organização e à gestão.

A sustentabilidade do sector da saúde terá de ser assumida como um dever de todos.

Continuando a investigação sobre o setor da saúde em Cabo Verde, o Programa do Governo para a VII legislatura (2006-2011) propôs um conjunto de ações nos seguintes eixos estratégicos:

##### **I. Serviço Nacional de Saúde moderno e sustentável**

a. Reforço da capacidade institucional mediante a afetação de quadros competentes e empenhados para os postos de decisão, nos diferentes domínios técnicos e de gestão, da pirâmide do Serviço Nacional de Saúde;

b. Identificação dos postos para o desempenho em regime de exclusividade no Serviço Nacional de Saúde;

c. Definição de cada nível do Serviço Nacional de Saúde, da sua operacionalidade, e a criação, aonde e quando possível e necessária, de Regiões sanitárias;

d. Aperfeiçoamento dos instrumentos jurídico-legais com vista ao desenvolvimento do sector privado da saúde para além do seu atual nível de desempenho, quase que exclusivamente circunscrito ao atendimento ambulatorio, para se potenciar a desejável complementaridade efetiva com o sector público;

e. Participação efetiva dos utentes através de organizações representativas, na gestão das questões da saúde, com o funcionamento do Conselho Nacional da Saúde e dos Conselhos Municipais de Saúde;

f. Adequação da legislação farmacêutica e sua regulamentação, bem como a definição de uma política de aquisição, aprovisionamento e distribuição de medicamentos e acessórios;

g. Apoio técnico, material e financeiro ao Centro Nacional de Desenvolvimento Sanitário (CNDS) com vista ao cumprimento integral das funções de promoção da saúde, de informação e de formação;

h. Introdução de novas tecnologias na administração das instituições sanitárias e na gestão dos respectivos recursos incluindo a informatização dos serviços, a tele-medicina e outros instrumentos;

i. Implementação da reforma do Sistema de Informação Sanitária;

j. Contribuição para a expansão da cobertura das despesas com a saúde, como suporte da sustentabilidade do Serviço Nacional de Saúde.

## II. Mais e melhores serviços de saúde

a. Continuação da construção e equipamento de infraestruturas sanitárias;

b. Designadamente do novo Hospital Regional de Santa Catarina e da Policlínica do Sal; dos Centros de Saúde de Calheta, Mosteiros, Tarrafal de

Santiago, Maio e Boa Vista; dos novos Centros de Saúde da Praia e da Maternidade e Central de Consultas do Hospital Agostinho Neto;

a. Elaboração e implementação do Plano de infra-estruturas de São Vicente, incluindo a reabilitação e apetrechamento do Hospital Baptista de Sousa; a construção do Centro de Saúde de Monte Sossego e da Delegacia de Saúde;

b. Equacionamento da rede de infra-estruturas sanitárias dos novos Municípios;

c. Elaboração e implementação de uma política de manutenção específica do sector;

d. Criação dos serviços de hemodiálise e de oncologia;

e. Promoção de parcerias público-privadas para a construção e gestão de unidades prestadoras de serviços de saúde;

f. Reforço dos programas de saúde pública com tónica especial sobre a infecção VIH/SIDA e sobre a Saúde mental, incluindo intervenções contra o uso do tabaco e drogas ilícitas e contra o abuso do álcool;

g. Promoção e concretização da desejada complementaridade entre os Hospitais centrais em matéria de serviços especializados;

h. Melhoria da qualidade do atendimento dos utentes do Serviço Nacional de Saúde, universalidade da assistência sanitária com atenção particular para as zonas rurais e as periferias urbanas, e garantia do acesso de todas as populações a um pacote de cuidados essenciais de saúde, com a comparticipação equitativa nos respectivos custos.

### III. Desenvolvimento dos recursos humanos

a. Formação progressiva de um contingente maior de especialistas nacionais em áreas prioritárias de saúde e de gestão;

b. Definição do quadro de pessoal e modalidades de colocação para cada tipo de estrutura;

c. Revisão das carreiras existentes dos profissionais de saúde e o estudo das possibilidades de criação eventual de outras para as categorias específicas do Serviço Nacional de Saúde;

d. Desenvolvimento da capacidade endógena de formação e a melhoria dos mecanismos de gestão dos processos de pós-graduação;

e. Incentivo e promoção da investigação com vista ao desenvolvimento do espírito de rigor, fomento da curiosidade científica e da disciplina necessárias à evolução do sector;

Para que estas estratégias concretizem, o governo não medirá esforços na concertação de trabalho conjunto com os departamentos governamentais influentes no que tange a saúde, com as organizações representativas dos profissionais do sector, com as organizações da sociedade civil e com os parceiros internacionais do desenvolvimento de Cabo Verde.

#### **4.3.6 Ambiente**

Analisando os Relatórios do Ministério das Finanças e Administração Pública (2008), observa-se uma série de fatores que contribuem para a degradação dos solos:

- a) Práticas agrícolas inadequadas;
- b) Êxodo rural que contribui para a ocupação anárquica do espaço urbano consequentemente acelera a poluição do solo, do ar e da água resultantes da acumulação e dispersão de resíduos sólidos e de águas residuais;
- c) Extração massiva de rochas e de areias na orla marítima provoca a infiltração da água do mar, a perda da biodiversidade, a degradação da qualidade da pouca água do subsolo e das zonas a vocação turística.

Seguindo o mesmo raciocínio, nota-se a expressiva interdependência entre a pobreza e o meio ambiente, originada da pressão demográfica sobre o meio rural provocando o êxodo rural para as principais cidades e centros secundários, dando lugar a rápida saturação das infra-estruturas, o aumento da pobreza urbana e problemas ambientais com impactos sobre a saúde pública e as condições de vida. Desta forma, para prevenir maiores danos, foi implementado um Plano de Acção Nacional para o Ambiente I e II, o qual apresenta um quadro estratégico de gestão racional e durável dos recursos naturais e das actividades económicas de luta contra a pobreza, em linha com a protecção do ambiente, a disponibilidade de água, a criação de empregos e a segurança alimentar, sendo domínios prioritários (MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, 2008):

- i. Gestão durável dos recursos hídricos;

- ii. Saneamento de base;
- iii. Biodiversidade;
- iv. Ordenamento do território.

De acordo com as informações fornecidas pelo Panapress (2004), o Governo de Cabo Verde e diversos parceiros nacionais aprovaram o segundo Plano de Ação Nacional para o Ambiente (PANA II) para o período de 2004 á 2014. O PANA II é um plano estatégico traçado para guiar o uso racional dos recursos naturais e a getão sustentável das atividades económicas no arquipélago para o periodo de 2004 á 2014.

O Ministério das Finanças e Administração Pública (2008) informa-nos que existem planos estratégicos para a agricultura, planos municipais ambientais e plano de acção do sistema de informação para o ambiente, ao mesmo tempo que foram iniciadas acções visando a gestão eficaz dos recursos hídricos, a formação dos agricultores e a promoção do sistema de irrigação gota-a-gota através do programa especial de segurança alimentar.

#### 4.4 POLÍTICAS PÚBLICAS GOVERNAMENTAIS PARA A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM CABO VERDE

Este capítulo tem como principal objetivo, confrontar ou comparar as propostas estabelecidas pela ONU para o desenvolvimento sustentável com as Políticas Públicas propostas e implementadas em Cabo Verde desde a primeira Conferência de Estocolmo realizada em 1972 até a Conferência de 2015 que propôs algumas metas de desenvolvimento até 2030.

Fez-se uma análise das diretrizes estabelecidas pela ONU para o Meio Ambiente e do que vem sendo feito em relação ao desenvolvimento sustentável em Cabo Verde no mesmo período da conferência. Contudo, é de salientar que Cabo Verde tornou-se independente três anos depois da Conferência de Estocolmo (1972) como já foi detalhado anteriormente.

Posteriormente passa-se à comparação dos resultados obtidos na Conferência do Rio (1992) sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, seguindo com a análise dos objetivos do Milênio propostos na Conferência de Johannesburgo no ano 2000, considerando os resultados obtidos e o que falta para obter, finalizando com as metas estabelecidas para a Agenda 2030.

Para a melhor compreensão do tema, passa-se ao desenvolvimento dos subtemas.

#### **4.4.1 Conferência das Nações Unidas para o meio Ambiente Humano – Conferência de Estocolmo 1972 da ONU**

Cabo Verde proclamou a sua independência coincidentemente três anos depois da Conferência de Estocolmo para o Meio Ambiente (1972), e pelo que consta, não existia comprovação de qualquer preocupação com relação à preservação ambiental, mas com a independência, o país ingressou numa insaciável busca de soluções para que pudessem contrariar as fatalidades climáticas impostas pela natureza e combater os seus efeitos econômicos, sociais e políticos, tentando encontrar soluções com base na cooperação internacional que possa colmatar os efeitos da seca e da desertificação (FERNANDES, 2011).

Contudo Fernandes (2011) na sua exaustiva pesquisa, informa que na década de setenta, Cabo Verde, sentiu-se obrigado a inventar e colocar em prática medidas “imaginária” que debelassem o flagelo das secas cíclicas. Devido à escassez dos recursos naturais, o povo cabo-verdiano sempre viu na agricultura, na criação de gado e na pesca significativas fontes de rendimento, de alimento e de emprego. Desde a independência, os sucessivos Governos Cabo-verdianos têm-se mostrado preocupados com a questão da preservação dos ecossistemas e com o enquadramento dos organismos especializados na gestão ambiental.

Foi graças à preocupação dos governantes na busca de soluções ambientais que pudessem combater a seca, que Cabo Verde aderiu ao Comitê interestados para a Luta Contra a Seca no Sahel - CILSS, logo após a sua independência em 1975. A partir desta data muitas medidas foram tomadas e postas em prática, tendo sempre presente uma gestão racional dos poucos recursos existentes, de acordo com as suas características climáticas. Com base nos estudos

de Fernando (2011), sabe-se que após a independência, até 1990, as políticas públicas de preservação do ambiente, estiveram sobretudo viradas para o mundo rural sofrendo mudanças substanciais na década de 90.

Desta forma, os primórdios da implementação do plano para o Meio Ambiente em Cabo Verde foram marcados pela consolidação de políticas voltadas para o desenvolvimento do mundo rural evitando o êxodo, consequentemente evitando o congestionamento das cidades prevenindo problemas de saneamento básico entre outros que serão apontados ao longo do trabalho. Atualmente a preocupação dos governantes do país recai sobre as políticas de preservação ambiental, reforçando a importância do turismo sustentado nas ilhas, proporcionando mais investimentos estrangeiros (PROGRAMA DO GOVERNO, 2006-2011).

A conferência de Estocolmo de 1972, destacou a definição dos direitos humanos como o primeiro tópico da sua agenda, abolindo qualquer tipo de exploração do homem pelo homem. Com relação ao primeiro ponto da agenda, encontra-se o segundo ponto que destaca a importância da preservação dos recursos naturais beneficiando as gerações atuais e futuras (AGÊNCIA PORTUGUESA PARA O AMBIENTE, 1972).

Concluindo o desenvolvimento do subtema e para a melhor compreensão do tema em estudo, encontra-se no anexo I do trabalho os princípios da Declaração de Estocolmo para o Meio Ambiente.

#### **4.4.2 Conferência do Rio (1992) sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento**

Segundo o Sistema de Informação Ambiental (SIA, 2006), após a Conferência das Nações Unidas do Rio – 1992 sobre o Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Cabo Verde em 1993, juntamente com outros países Africanos, adotou o seu primeiro instrumento legal ambiental que define as Bases da Política do Ambiente, um ano após a consagração do Direito ao Ambiente na Constituição da República de Cabo Verde, como Direito fundamental. Atualmente, o sistema Jurídico integra um conjunto de dispositivos legais que regulamentam várias preocupações ambientais no país, designadamente a conservação da Natureza, ar, água, solos, ruídos e instrumentos da Política Ambiental

O Relatório á Conferência Rio+20 (2012), examina a evolução de Cabo Verde depois da Cimeira de 92 em relação às políticas implantadas no país em prol do desenvolvimento sustentável. Na década de 90, iniciou-se o processo de formulação do quadro legal para o sector ambiental com a entrada em vigor da Lei nº 89/IV/93 que cria as bases da política do ambiente e, posteriormente com o Decreto-Regulamentar nº 14/97 que desenvolve as bases da política do ambiente.

Foram estabelecidos dois importantes documentos globais a serem implantados em todos os países de acordo com cada realidade. Por conseguinte, o primeiro documento foi a Declaração da Rio 92 sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, disponível no anexo do trabalho, onde encontra-se os princípios da Conferência e da Agenda 21. Determina também que os países que aderiram a Conferência têm o compromisso de desenvolver uma Agenda 21 Local, tendo como base a realidade de cada país a luz dos objectivos estabelecidos pela ONU.

No segundo documento, foram estabelecidas um conjunto de metas e objectivos a serem alcançados por todos os países membros da ONU a fim de alcançar e proteger o ambiente auxiliando no alcance dos objectivos.

Ao Nível internacional, a Confêrencia das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (CNUDS) estabeleceu três principais estruturas institucionais:

- 1) A Comissão do Desenvolvimento Sustentável (CDS);
- 2) O Comité Inter-Agencias de Coordenação do Desenvolvimento Sustentável (IACSD) para coordenação no seio das Nações Unidas;
- 3) Conselho Consultivo de Alto Nível para o Desenvolvimento Sustentável (HLB).

A primeira Conferência Mundial sobre o Desenvolvimento Sutentável nos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (PEID), foi onde se abordou pela primeira vez a possibilidade da implementação de Agenda 21, que contou com a participação de 111 Governos que adotaram a Declaração e o Programa de Ação de Barbados, isto é, foram estabelecidos os princípios e as estratégias para um desenvolvimento que protege o frágil ambiente dos PEID, contando com a ajuda da comunidade internacional, satisfazer as necessidades actuais sem hipotecar o bem-estar das gerações futuras. Dando vasão a Preparação da IIIª Conferência Internacional sobre Desenvolvimento Sustentável nos Pequenos Estados Insulares



em Desenvolvimento (2013), reparar-se que os PEID, almejam, desenvolver políticas de transformação baseando-se numa Agenda 21, que elenca acções e medidas específicas a serem implementadas aos níveis nacional, regional e internacional, para caminhar rumo ao desenvolvimento sustentável (A PREPARAÇÃO DA IIIª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NOS PEQUENOS ESTADOS INSULARES EM DESENVOLVIMENTO 2013)

A Preparação da IIIª Conferência Internacional sobre Desenvolvimento Sustentável nos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (2013) defende a tese de que a sobrevivência desses pequenos Estados e seu sucesso na realização do desenvolvimento sustentável dependem da sua base de recursos humanos e do seu património cultural. Portando, não deve-se economizar nenhum esforço para que o ser humano esteja no centro do processo de desenvolvimento sustentável, assim, as acções empreendidas a favor do desenvolvimento nos PEID devem ser definidas em corelação com as necessidades e aspirações das pessoas e as responsabilidades que têm de assumir a respeito das gerações presentes e futuras.

Assim sendo, a recomendação do Programa de Acção analisando a Preparação da IIIª Conferência Internacional sobre Desenvolvimento Sustentável nos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (2013), recomenda especial atenção no que toca:

- a) A igualdade de género, ao papel e à importante contribuição das mulheres; às crianças, jovens e populações indígenas.
- b) O reconhecimento do papel especial das ONG;
- c) A importância de uma parceria entre o governo, organizações e instituições intergovernamentais, associações e outros grupos importantes na aplicação da Agenda 21 e do Programa de Acção, aos níveis nacional, sub-regional, regional e internacional.

Seguindo com a análise do relatório, enfatiza-se que a Estratégia de Maurícias foca no acesso à água potável, a provisão de saneamento e promoção da higiene como os fundamentos da dignidade humana, saúde pública e desenvolvimento económico e social, desta forma, a comunidade internacional deu especial atenção aos problemas dos assentamentos humanos, da água e do saneamento foi alvo de uma atenção especial por parte da comunidade internacional.

Quadro 2: Objetivos de Desenvolvimento da Agenda 21 - Rio 1992

<b>Objetivos da Agenda 21 de 1992</b>	<b>Políticas Públicas implementadas em Cabo Verde a partir de 1992</b>
1. Cooperação Internacional para acelerar o desenvolvimento sustentável dos países em desenvolvimento e políticas internas correlatadas	
2. Combate à pobreza	Programa Nacional de Luta contra a Pobreza – PNLP; Documento de Estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza – DECRP,
3. Mudança dos padrões de consumo	Preparação da IIIª Conferência Internacional sobre Desenvolvimento Sustentável nos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento
4. Dinâmica demográfica e sustentabilidade	
5. Proteção e promoção das condições da saúde humana	Programa do Governo para a VIII Legislatura 2011 – 2016 (Agenda Estatégica- capítulo 3) Promover o Desenvolvimento e a coesão social e facilitar o acesso aos serviços básicos
6. Promoção do Desenvolvimento Sustentável dos assentamentos humanos	
7. Integração entre meio ambiente e desenvolvimento na tomada de decisões	
8. Proteção da atmosfera	Conforme previsto na Lei 86/N/93, capítulo II, artigo 8º, o lançamento para a atmosfera de qualquer substância, seja qual for o seu estado físico que afectam de forma nociva a qualidade do ar e o equilíbrio ecológico ou que impliquem risco directo ou indirecto, dano ou incómodo grave as pessoas, bens, flora e fauna, será objecto de regulamentação especial.
9. Abordagem integrada do planeamento e do gerenciamento dos recursos terrestres	
10. Combate ao desflorestamento	Programa do Governo para a VIII Legislatura 2011 – 2016 (Agenda Estatégica) Criar uma Agenda Verde para a promoção da biodiversidade, a melhoria de áreas protegidas, o combate á desertificação, a protecção de florestas, a melhoria do tratamento de águas residuais e a introdução de energias limpas e renováveis serão melhorados.
11. Manejo de ecossistemas frágeis: a luta contra a desertificação e a seca	Conforme previsto na Constituição da República de Cabo Verde, artigo 72º, inciso b Promover a educação ambiental, o respeito pelos valores do ambiente, a luta contra a desertificação e os efeitos da seca
12. Gerenciamento de ecossistemas frágeis: DS das montanhas	
13. Promoção do desenvolvimento rural e agrícola sustentável	
14. Conservação da diversidade biológica	Programa do Governo para a VIII Legislatura 2011 – 2016 (Agenda Estatégica) Criar uma Agenda Verde para a promoção da biodiversidade, a melhoria de áreas protegidas, o combate á desertificação, a protecção de florestas, a melhoria do

	tratamento de águas residuais e a introdução de energias limpas e renováveis serão melhorados.
15. Manejo ambientalmente saudável da biotecnologia	
16. Proteção de oceanos, de todos os tipos de mares - inclusive mares fechados - e das zonas costeiras e proteção. Uso racional e desenvolvimento de seus recursos vivos	
17. Proteção da qualidade e do abastecimento dos recursos hídricos: aplicação de critérios integrados no desenvolvimento, manejo e uso dos recursos hídricos	Programa do Governo para a VIII Legislatura 2011 – 2016 (Agenda Estratégica) Criar uma Agenda Verde para a promoção da biodiversidade, a melhoria de áreas protegidas, o combate à desertificação, a proteção de florestas, a melhoria do tratamento de águas residuais e a introdução de energias limpas e renováveis serão melhorados.
18. Manejo ecologicamente saudável das substâncias químicas tóxicas, incluída na prevenção do tráfico internacional dos produtos tóxicos e perigosos	Programa do Governo para a VIII Legislatura 2011 – 2016 (Agenda Estratégica) Promover uma agenda verde, incluindo a promoção de energias renováveis, redução de CO2 promoção da biodiversidade e redução da desertificação
19. Manejo ambientalmente saudável dos resíduos perigosos. Incluindo a prevenção do tráfico internacional ilícito de resíduos perigosos	
20. Manejo ambientalmente saudável dos resíduos sólidos e questões relacionadas com os esgotos	Conforme previsto na Lei 56/2005, artigo 10º, inciso 4.º Procurar, em concertação com os outros sectores, soluções para os resíduos sólidos, efluentes líquidos, incentivando a sua redução, tratamento e reciclagem; Lei orgânica do Ministério do Ambiente e Agricultura
21. Manejo seguro e ambientalmente saudável dos resíduos radioativos	
22. Fortalecimento do papel dos grupos principais	
23. Ação mundial pela mulher, com vistas a um desenvolvimento sustentável equitativo	
24. A infância e a juventude no desenvolvimento sustentável	
25. Reconhecimento e fortalecimento do papel das populações indígenas e suas comunidades	
26. Fortalecimento do papel das Organizações Não governamentais: parceiros para um DS	
27. Iniciativas das autoridades em apoio à Agenda 21	
28. Fortalecimento do papel dos trabalhadores e de seus sindicatos	
29. Fortalecimento do papel do comércio e da indústria	
30. Fortalecimento do papel do comércio e da indústria	
31. A comunidade científica e tecnológica	
32. Fortalecimento do papel dos agricultores	

33. Recursos e mecanismos de financiamento	
34. Transferência de tecnologia ambientalmente saudável, cooperação e fortalecimento institucional	Conforme previsto na Lei 56/2005, artigo 10º, inciso i Incentivar o desenvolvimento de tecnologias alternativas de carácter pouco poluente, nomeadamente a valorização e utilização de energias não convencionais; Lei orgânica do Ministério do Ambiente e Agricultura
35. A ciência para o Desenvolvimento Sustentável	
36. Promoção do ensino, da conscientização e do treinamento	
37. Mecanismos nacionais e cooperação internacional para fortalecimento institucional nos países em desenvolvimento	
38. Arranjos institucionais internacionais	
39. Instrumentos e mecanismos jurídicos internacionais	Conforme previsto na Lei 56/2005, artigo 10º, inciso f Colaborar com outros organismos públicos em matéria de tratados e Convenções Internacionais assinados e/ou ratificados por Cabo Verde, no domínio do ambiente, designadamente na sua implementação; Lei orgânica do Ministério do Ambiente e Agricultura
40. Informação para a tomada de decisões	

**Fonte:** Elaborado pela pesquisadora com base nos objectivos da Agenda 21 da ONU e pelos documentos do Ministério do Ambiente e Agricultura de Cabo Verde.

Observa-se que o quadro acima não está completo. Foram feitas pesquisas bibliográficas para identificar as ações de governo voltadas ao desenvolvimento relacionadas com as propostas da Conferência da ONU de 1992, todavia muitos documentos desse período não estão sistematizados e disponíveis ao público, portanto é possível que tenham existido políticas ou ações pontuais de governo que não estão citadas porque não foram encontradas no escopo da pesquisa. Adicionalmente, percebe-se que neste período histórico de Cabo Verde o país ainda estava se estruturando como nação pelo curto período pós-independência. Sendo assim, as diversas áreas do Governo ainda estavam formando as suas instituições, de forma a sistematizar e propor políticas públicas.

Contudo, não deixa de ser importante a comparação entre os objectivos da Agenda 21 da ONU e o que foi feito para concretizar esses objectivos em Cabo Verde. Sendo também importante, mostrar as lacunas para poder observar o que deve ser feito e o que não caberia ser feito para o caso específico do país, considerando que este é o espírito da Agenda 21, que as ações sejam tratadas para

a realidade local, em consonância com o compromisso de contribuir com a sustentabilidade global.

Portanto, as lacunas deixadas nesse quadro podem ser lacunas que devem ser observadas pelo Governo de Cabo Verde para serem preenchidas pelas políticas públicas para o desenvolvimento. Por outro lado, sugere-se para futuras pesquisas que seja investigado em campo a existência de políticas e programas governamentais nessas áreas.

#### **4.4.3 Objetivos do Milênio estabelecidos na Conferência de Johannesburgo no ano 2000**

Neste subtema, o essencial foi fazer uma análise sintética do que está sendo feito em Cabo Verde para cumprir os objetivos do Milênio estabelecidos na Conferência de Johannesburgo no ano 2000.

De acordo com as investigações de Rosa (2014), no ano 2000, chefes de Estado do mundo inteiro participaram da Cimeira do Milênio das Nações Unidas, com o propósito de juntar esforços em prol da paz, direitos humanos, democracia, boa governação, sustentabilidade ambiental e erradicação da pobreza, contando com o apoio dos países membros na luta pelos princípios da dignidade humana, igualdade e equidade. O século XXI está sendo marcado pela retoma dos objetivos estabelecidos anteriormente no domínio do desenvolvimento internacional, constando na Declaração um conjunto de objetivos e estratégias novas, concretas, mensuráveis e interdependentes para serem alcançadas até 2015.

Sendo assim, a Declaração do Milênio é conhecida com o mais importante e promissor acordo feito aos povos mais vulneráveis do mundo, isto é, a declaração é baseada na solidariedade, na justiça e no reconhecimento de que todos são cada vez mais dependentes uns dos outros no que se refere à prosperidade e a segurança coletivas. O documento é constituído por oito objetivos, onde são as prioridades em relação à elaboração e implementação de medidas e políticas sociais garantindo o acesso aos serviços sociais básicos, tais como a saúde, a educação, o abastecimento de água e redes de saneamento, a igualdade entre os géneros e a conservação do meio ambiente (ROSA, 2004).

De acordo com o Panapress (2004), a criação de um ambiente econômico favorável e a redução da pobreza no arquipélago, fazem-se presentes nas propostas do Plano de Ação Nacional para o Ambiente (PANA II), cujo conteúdo absorve as orientações assumidas na Cimeira de Desenvolvimento Sustentável realizada em 2002, em Joanesburgo, na África do Sul. O PANA II surge com o desejo de responder aos questionamentos sobre a diversidade cabo-verdiana em termos tipográficos e agro-ecológicos nos próximos 10 anos.

O plano abrange uma ampla variedade de áreas de intervenção, destacando a gestão sustentável de recursos hídricos, o saneamento básico, a biodiversidade e o ordenamento do território. Derivado a sua abrangência, o plano enfatiza a problemática ambiental com um dos objectivos prioritários do arquipélago, constatando também o problema da disponibilidade de água de qualidade para o consumo doméstico e desenvolvimento das actividades económicas, a degradação da biodiversidade marinha e terrestre e o deficiente saneamento básico, com efeitos nefastos para a saúde e o desenvolvimento do turismo (PANAPRESS, 2004).

Consta no plano supracitado, as directrizes e instrumentos para a implementação dos programas previstos, particularmente para a educação ambiental, o reforço institucional, incluindo o sistema de informação ambiental, a legislação, regulamentação e fiscalização ambiental. Analisando a sua outra vertente, encontramos a definição das estruturas institucionais e os mecanismos necessários para a coordenação inter-sectorial, promovendo a integração das preocupações ambientais nos planos de desenvolvimento sócio-económico e a melhoria das condições de vida da população. Em Cabo Verde, segundo informamos o panapress (2004), o plano ambiental 2002, teve o seu início em Janeiro de 2005 nas ilhas de Boa Vista, Santiago (cidade da Praia, Ribeira Grande), São Vicente e Fogo (cidade São Filipe). Explica o mapa abaixo:

Figura 3: As Ilhas de Cabo Verde



**Fonte:** Cabo Verde – imagem livre da internet

Segundo Rosa (2014), Cabo Verde assumiu o compromisso de implementar um conjunto de ações estratégicas para serem cumpridas até o ano de 2015. O aglomerado de estratégias sugeridas pela ONU, impõe a integração das metas e indicadores que constituem os ODM nas políticas públicas nacionais. Desta forma, ao analisarmos os relatórios verifica-se que houve uma fraca e encorajadora evolução no sentido do cumprimento de alguns objetivos, contudo, a alerta é para a existência de um ritmo diferente e diferenciado no que concerne à sua realização ao nível dos municípios, colocando outros desafios em termos de planificação e implementação das políticas públicas pós-1998.

Mais abaixo foi elaborado o quadro de comparação entre os objetivos propostos pelo milénio e as políticas de concretização dos mesmos.

**Quadro 3: declaração de Johannesburg para o Desenvolvimento Sustentável - Os oito Objetivos do Milênio (ODM) 2015**

<b>Objetivos ODM</b>	<b>Políticas Públicas já existentes em Cabo Verde relativa a cada ODM</b>
1. Redução da Pobreza	A implementação de políticas adequadas a favor dos pobres é necessária para uma maior redução da pobreza e das desigualdades em Cabo Verde
2. Atingir o ensino básico universal	O ensino básico para todos é praticamente uma realidade. Agora deve-se dar importância à qualidade do ensino básico. O ensino secundário e o superior devem ser desenvolvidos para criar um contexto favorável à continuação dos bons resultados já alcançados para o ensino básico.
3. Igualdade entre os sexos e as autonomias das mulheres	As perspetivas de realização deste objetivo são boas tanto no domínio da igualdade de género, do ensino básico como da autonomia das mulheres.
4. Reduzir a mortalidade na infância	As perspetivas de realização destes indicadores são encorajadoras, mas impõe-se um acompanhamento.
5. Melhorar a saúde materna	As perspetivas de realização destes indicadores são encorajadoras, mas impõe-se um acompanhamento.
6. Combater o HIV/Aids, a malária e outras doenças	É necessária uma maior vigilância para parar a propaganda do VIH tendo em conta a fraca prevalência atual. As mudanças de comportamento sexual serão determinantes nesse sentido. O controlo da malária e da tuberculose deverá ser uma preocupação permanente para parar e depois inverter a tendência.
7. Garantir a Sustentabilidade Ambiental	Uma política de desenvolvimento sustentável baseada na integração das questões ambientais nas políticas e nos programas sectoriais de desenvolvimento deve ser implementada. Contudo, se para a disponibilidade de água potável Cabo Verde conseguiu ultrapassar o objectivo preconizado, já não se pode dizer o mesmo para os outros objetivos: biodiversidade, saneamento e habitação.
8. Estabelecer uma parceria Mundial para o Desenvolvimento	Cabo Verde beneficia de inúmeras vantagens atribuídas aos países insulares relativamente ao acesso aos mercados e às preferências comerciais. Deve estruturar a sua economia para aproveitar as suas vantagens. Porém, com a saída do país do grupo dos PMA, Cabo Verde deixou de ter acesso a empréstimo concessionais, mas continua a ter acesso a empréstimos a taxas normais. O que vai ser necessário é ser mais criterioso na utilização desses investimentos. A ajuda pública ao desenvolvimento e o acesso aos recursos em termos concessionais devem continuar tendo em conta a vulnerabilidade de Cabo Verde aos choques externos.

**Fonte:** Elaborado pela pesquisadora com base na ONU e Rosa (2014)

#### **4.4.4 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) para Cabo Verde - Agenda 2030 da Conferência da ONU 2015**

Neste capítulo serão desenvolvidos temas relacionados às políticas públicas de Cabo Verde no período de 2011 á 2016 que promovem o desenvolvimento sustentável, com especial enfoque nas políticas ambientais. Também será analisado o cumprimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), propostos pela Agenda 2030 para Cabo Verde á luz do Plano de Governo para a VIII Legislatura 2011-2016 (2011).



Segundo a Organização das Nações Unidas (2015), foi em Nova York de 25 a 27 de Setembro de 2015 que representantes de todo o mundo reuniram-se mais uma vez para traçarem objetivos para a Agenda 2030 da ONU. A nova agenda procurar reafirmar o compromisso entre os países membros da ONU rumo a sustentabilidade, procura alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio que não tiveram sucesso ainda. A Agenda 2030 é um plano de ação para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade, busca fortalecer a paz universal com mais liberdade. Os Chefes de Governo presentes, reconhecem que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável. Deste modo, a agenda é composta por 17 objetivos de Desenvolvimento Sustentável e 169 metas anunciadas, demonstram a escala e a ambição desta nova Agenda universal.

A Agenda 2030 da ONU constitui um marco importante para a comunidade internacional, devido ao seu carter de aplicabilidade a todos os povos do mundo, considerando as diferentes realidades nacionais, as capacidades de cada país, níveis de desenvolvimento e respeitando as políticas privadas nacionais. Decorrente do resultado de mais de dois anos de consulta pública intensiva e envolvimento junto à sociedade civil e outras partes interessadas em todo o mundo, prestando uma atenção especial às vozes dos mais pobres e mais vulneráveis (ONU, 2015).

Segue o quadro que faz a comparação entre os objetivos da ONU e a concretização dos mesmos em Cabo Verde.

**Quadro 4: Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS): Agenda 2030 da ONU**

<b>Objetivos da ONU</b>	<b>Políticas Públicas já existentes em Cabo Verde para cada ODS</b>
1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	Programa Nacional de Luta contra a Pobreza – PNLP; Documento de Estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza – DECRP.
2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável;	Programa do Governo para a VIII Legislatura 2011 – 2016 (Cabo Verde na via do progresso- capítulo 1) Investimentos em barragem, em diques para mobilização de água, bem como a facilitação para adoção de técnicas de cultivo modernas, incluindo a regra gota-a-gota.
3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos e para todas as idades	Programa do Governo para a VIII Legislatura 2011 – 2016 (Agenda Estratégica- capítulo 3) Promover o Desenvolvimento e a coesão social e facilitar o acesso aos serviços básicos

4. Assegurar a educação inclusiva e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos	Programa do Governo para a VIII Legislatura 2011 – 2016 (Agenda Estatégica) Capacitar os recursos humanos e produzir conhecimento propiciador de crescimento económico
5. Alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e meninas	Plano Estratégico Igualdade de Género e Empoderamento das Mulheres CPLP
6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos	Programa do Governo para a VIII Legislatura 2011 – 2016 (Agenda Estatégica- capítulo 3) Ampliar as infra-estruturas de água eo saneamento por todo o país é um objetivo do Governo.
7. Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos	Programa do Governo para a VIII Legislatura 2011 – 2016 (Agenda Estatégica- capítulo 3) O governo pretende continuar o processo de modernização, melhorando a capacidade de produzir e distribuir electricidade de forma inteligente melhorando a qualidade dos serviços, reduzindo a dependência da energia e a vulnerabilidade e assegurando a sustentabilidade de uma mudança para as energias renováveis.
8. Promover o crescimento económico sustentável, inclusivo e sustentável, emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todos	Programa do Governo para a VIII Legislatura 2011 – 2016 (Agenda Estatégica- capítulo 3) Construir uma economia dinâmica, competitiva, inovadora e sustentável com prosperidade partilhada por todos
9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação	Programa do Governo para a VIII Legislatura 2011 – 2016
10.Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles	Programa do Governo para a VIII Legislatura 2011 – 2016
11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis	Preparação da IIIª Conferência Internacional sobre Desenvolvimento Sustentável nos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento
12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentável	Preparação da IIIª Conferência Internacional sobre Desenvolvimento Sustentável nos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento
13. Tomar medidas urgentes para combater as mudanças climáticas e os seus impactos	Quadro de assistência das Nações Unidas para o desenvolvimento da República de Cabo Verde 2012-2016
14. Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares, dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável	Preparação da IIIª Conferência Internacional sobre Desenvolvimento Sustentável nos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento
15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda da biodiversidade	Programa do Governo para a VIII Legislatura 2011 – 2016 (Agenda Estatégica) Criar uma Agenda Verde para a promoção da biodiversidade, a melhoria de áreas protegidas, o combate á desertificação, a protecção de florestas, a melhoria do tratamento de águas residuais e a introdução de energias limpas e renováveis serão melhorados.
16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	Programa do Governo para a VIII Legislatura 2011 – 2016 (Agenda Estatégica- capítulo 1) A segurança é fundamental para a população e para o desenvolvimento social e económico. As reformas penais, as reformas operacionais, acompanhadas por um forte investimento nas polícias e na Justiça. Combate ao crime e promoção da segurança solidária com o envolvimento da comunidade.
17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento	Programa do Governo para a VIII Legislatura 2011 – 2016 (Agenda Estatégica- capítulo 1) Aumento da competitividade e da construção de uma

sustentável	economia competitiva a nível global e da necessidade de um setor privado forte e competitivo no mercado internacional.
-------------	--

**Fonte:** Elaborado pela pesquisadora com base na Agenda 2030 da ONU e Governo de Cabo Verde (2011)

Examinando o quadro de comparação acima, conclui-se que Cabo Verde possui políticas públicas de auxílio para o cumprimento das metas propostas pela ONU na sua nova Agenda de desenvolvimento 2030.

Tendo em conta a definição de políticas públicas, para Sorrentino *et al* (1995), sabe-se que elas adotam o princípio de auxiliar os programas de ação governamental dando assistência aos amplos sectores da população especialmente ao mais desfavorecidos. Resultante da declaração feita pelo Primeiro Ministro José Maria Neves, perspetiva para o futuro, a modernização do país com um alto nível de desenvolvimento humano e *per capita*, tornando-se num país desenvolvido e com uma forte dinâmica de crescimento, à luz da Agenda 2030 da ONU (GOVERNO DE CABO VERDE, 2015). Desta forma, ele destacou o percurso do país desde a sua independência aos dias de hoje parabenizando o esforço mútuo de todos os caboverdianos residentes e na diápora, salientou também a boa governação e o trabalho realizado, afirmando o cumprimento dos ODM e metas associadas.

José Maria Neves, fez um apelo à comunidade internacional a fim de ajudar os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento a cumprirem todos os seus compromissos no quadro da realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para 2030. Finalizando, o Chefe do Governo compromete em trabalhar para construir parceiras e pontes que sustentam as perspetivas de ganhos mútuos para a humanidade (GOVERNO DE CABO VERDE, 2015).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento deste estudo, resultou da curiosidade e necessidade de aumentar o conhecimento, isto é, para melhor compreender os fatores que contribuíram e continuam contribuindo para o desenvolvimento de Cabo Verde, apostando na sustentabilidade de cada setor mais precisamente no setor ambiental.

A entrada de Cabo Verde em 2007 como país de Desenvolvimento Médio na lista da ONU foi um ganho imensurável para o país, analisando a sua notável trajetória de desenvolvimento. Contudo, o país conta com o desafio da redução da pobreza e da promoção do bem-estar social. Desta forma, o governo aposta num crescimento através de um programa ambicioso de investimento público que é na sua maioria financiado por fontes externas. Todavia, a economia do país é bastante vulnerável às contingências do desenvolvimento econômico global, recomendando-se a reconstituição de almofadas fiscais para reter choques futuros.

Cabo Verde possui estratégias nacionais de desenvolvimento, baseadas na inserção econômica internacional, apostando fortemente no setor privado como motor do desenvolvimento e na afirmação da cultura nacional para a promoção do desenvolvimento. Analisando essas três estratégias do governo, considera-se que o primeiro elemento, visa melhorar e integrar a economia cabo-verdiana na economia mundial, desenvolvendo a exportação de serviços, setor que o Governo de Cabo Verde entende como futuro da economia cabo-verdiana, e no desenvolvimento do investimento estrangeiro, ambos com grande aposta no turismo.

O setor privado é tido como alavanca para o desenvolvimento da economia, fortalecendo o tecido empresarial, consequentemente, desenvolvendo a mentalidade e capacidade empresarial, para além de incentivar acordo com os objetivos preconizados. Por fim, sem deixar de destacar a importância do desenvolvimento da cultura nacional, sendo um dos elementos para empreender o desenvolvimento global, reforçando a identidade nacional e a abertura à modernidade.

Torna-se pertinente abordar a evolução de Cabo Verde em todos os setores desde a sua independência até a atualidade, sem deixar de lado a importância da construção de instituições sólidas, parabenizando a boa governança e a manutenção da estabilidade macroeconômica, juntamente com a capacidade de

assegurar a paz e a estabilidade interna. Isto é, esses elementos supracitados, constituíram elementos primordiais para o sucesso de Cabo Verde. É de salientar a importância de estabelecer estratégias de desenvolvimento claras e conscientes, compartilhadas entre os vários intervenientes que promovem o sucesso da sustentabilidade.

Continuando a análise da trajetória de desenvolvimento do país, é oportuno ressaltar, que Cabo Verde conta com uma ampla gama de parceiros que apoiam a promoção do desenvolvimento. Contudo, propõe-se como sugestão desse trabalho que as estratégias de desenvolvimento contem com alguns tópicos de auxílio:

a) Manutenção do equilíbrio macroeconômico para garantir a estabilidade dos preços e de rendimentos, a credibilidade no exterior, a confiança dos investidores privados, a competitividade da economia e a adoção de uma política orçamental e fiscal que permita reduzir o défice público e consolidar a convertibilidade do escudo cabo-verdiano;

b) Prosseguir a privatização das empresas do Estado, a promoção do setor privado nacional e aumentar a diversidade de parceiros para evitar situações de monopólio;

c) Modernizar o setor privado, promoção das exportações e o desenvolvimento das parcerias, favorecendo o investimento externo; aumento dos serviços básicos como a distribuição de água potável, saneamento e energia para desenvolvimento das infraestruturas;

d) Valorizar os recursos humanos em todos os níveis de educação, qualidade do ensino e formação profissional adequada ao mercado;

e) Reforçar a descentralização a favor dos municípios no âmbito dos recursos humanos e financeiros; apoio ao sector do turismo, melhorando a prestação de serviços, a promoção dos transportes e a diversificação da oferta.

Referente à educação, há uma forte preocupação em relação ao desenvolvimento de estratégias que visam capacitar os recursos humanos, ou seja, como Cabo Verde possui poucos recursos naturais, aposta uma grande parte os seus esforços no desenvolvimento de políticas públicas que evidenciam a educação, e dando condições para a capacitação dos recursos humanos.

Cabo Verde está longe de atingir metas estipuladas para a área da saúde, que de acordo com o relatório estatístico do Ministério da Saúde (2013), por cada mil

crianças que nascem em Cabo Verde há 23 que morrem. Desta forma, os números falam por si, ou seja, estes números fazem com que o arquipélago esteja ainda longe do valor que é necessário ser atingido para cumprir o objetivo do milénio para a Taxa de Mortalidade Infantil – 14 óbitos por cada mil crianças nascidas vivas.

Desta forma, o trabalho procurou identificar como as ações propostas pela ONU para o desenvolvimento sustentável estão sendo incorporadas nas políticas públicas de desenvolvimento sustentável na República de Cabo Verde. O objetivo geral do estudo examinar como as ações propostas pela ONU para o desenvolvimento sustentável estão sendo incorporadas nas políticas públicas de desenvolvimento sustentável na República de Cabo Verde.

Analisando os objetivos específicos do estudo, que foram, analisar a relação dos programas de desenvolvimento sustentável propostos pela ONU com as políticas públicas governamentais, descrever a evolução do desenvolvimento de Cabo Verde seja ele referente ao desenvolvimento econômico, social ou ambiental e examinar a aplicação de políticas propostas pela ONU em suas conferências para o desenvolvimento sustentável nas políticas públicas governamentais de Cabo Verde. Foi possível verificar que Cabo Verde evoluiu ao longo do tempo em todos os setores graças a aplicação dos programas propostos pela ONU.

Decorrente da análise ressalta-se que a pesquisa em estudo limitou-se exclusivamente na análise dos Programas de Governos de Cabo Verde para a promoção do desenvolvimento sustentável no país. Também, foi analisado os relatórios da ONU, do FMI e do Banco Mundial, tendo em vista o cumprimento de cada meta estabelecida. Segundo os relatórios, Cabo Verde está num bom caminho, contudo, o país ainda tem um caminho árduo rumo ao desenvolvimento sustentável. Como proposta para estudos futuros a partir dessa pesquisa, recomenda-se dar continuidade ao presente estudo contribuindo com novas ideias ou dar início a uma nova pesquisa baseando nos outros pilares da sustentabilidade, com o intuito de ajudar Cabo Verde no seu desenvolvimento contínuo.

Conclui-se que o tema é de bastante pertinente a medida que todos os países almejam que o desenvolvimento caminhe lado a lado com a sustentabilidade do ecossistema. Cabo Verde, não podia ficar de fora, tendo em conta a importância que o desenvolvimento sustentável possui para o país, ou seja, o Governo aposta

fortemente no desenvolvimento sustentável para garantir que as gerações vindouras tenham um ambiente propício para o desenvolvimento.

## REFERÊNCIAS

- ÁFRICA DO SUL. Nações Unidas. **Cimeira de Joanesburgo aprova medidas amplas para reduzir a pobreza, proteger o ambiente**. Joanesburgo, de 24 de agosto a 4 de setembro de 2002. Disponível em: <http://www.unric.org/html/portuguese/joanesburgo/CIMEIRA - 16.pdf> Acesso em: 14 de outubro de 2015
- ANDRADE, Elisa. **Cabo Verde: do achamento à independência nacional**. Disponível em: <http://www.amilcar-cabral-gesellschaft.de/homede/25-cabo-verde/relatorios/42-cabo-verde-do-seu-achamento-a-independencia-nacional.html> Acesso em: 20 de agosto de 2015.
- ARAUJO, António; LIMA Weruska. **Políticas públicas: lixo e cidadania para um desenvolvimento sustentável**. 2008. Dissertação (Pós-graduação em Gestão Pública e Legislação) – Faculdade de Ciências, Educação e tecnologia de Garanhuns, Universidade de Pernambuco, Pernambuco, 2008. Disponível em: <http://www.alepe.pe.gov.br/paginas/vermonografia.php?doc=Antonio+Carlos+Brito+d e+Araujo.pdf> Acesso em: 15 de abril de 2015.
- BARBOSA, L.M.; SANTOS JUNIOR, N.A. org. **A Botânica no Brasil: pesquisa ensino e políticas públicas ambientais**. São Paulo, Sociedade Botânica do Brasil, 2007.
- BECKER, Bertha K. Becker; MIRANDA, Miranda. **A geografia política do desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.
- BRASIL, Ministério do Meio Ambiente (MMA). **Agenda 21**. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-local> Acesso: 15 de setembro de 2015.
- BRASIL. Ministério da Relações Exteriores. **Desenvolvimento Sustentável: a Rio+20 e os seus resultados**, Brasília, 2015. Disponível em: [http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=131&catid=100&Itemid=433&lang=pt-BR](http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=131&catid=100&Itemid=433&lang=pt-BR) Acesso em: 11 de setembro de 2015.
- BRASIL. Ministério da Relações Exteriores. **Desenvolvimento Sustentável: agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**. Brasília, 02 de setembro de 2015. Disponível em: [http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=135&catid=101&Itemid=433&lang=pt-BR](http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=135&catid=101&Itemid=433&lang=pt-BR) Acesso em: 11 de setembro de 2015.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Agenda 21: Agenda 21 Global**. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global> Acesso em: 30 de setembro de 2015.



BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Responsabilidade socioambiental:** Agenda 21. Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21> Acesso em: 12 de maio de 2015.

BRASIL. Organização das Nações Unidas. **Novo estudo da ONU mostra valor da integração de ecossistemas em planos de desenvolvimento:** Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) identificou benefícios equivalentes a quase um bilhão de dólares em quatro países-piloto, Brasília, 13 de outubro de 2015. Disponível em: <http://nacoesunidas.org/novo-estudo-da-onu-mostra-valor-da-integracao-de-ecossistemas-em-planos-de-desenvolvimento/> Acesso em: 14 de outubro de 2015.

BRASIL. Organização das Nações Unidas. **ONU:** Alimentação escolar é uma questão do desenvolvimento do país, afirma ministra de Cabo Verde. Brasília, 13 de outubro de 2015. Disponível em: <http://nacoesunidas.org/onu-alimentacao-escolar-e-uma-questao-do-desenvolvimento-do-pais-afirma-ministra-de-cabo-verde/> Acesso em: 14 de outubro de 2015.

BRASIL. Organização das Nações Unidas. **Transformando Nosso Mundo:** A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <http://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/> Acesso em: 09 de outubro de 2015.

BRASIL. Portal Brasil. **Governo:** Dilma participa de cúpula da ONU que decidirá agenda de prosperidade para 2030. Brasília, 22 de setembro de 2015. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/governo/2015/09/dilma-participa-de-cupula-da-onu-que-decidira-agenda-de-prosperidade-para-2030> Acesso em: 28 de Setembro de 2015.

BURSZTYN, Marcel et al. **A Difícil Sustentabilidade:** política energética e conflitos ambientais. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

CABO VERDE. Banco Mundial. **Cabo Verde Aspectos gerais.** Praia, 28 de maio de 2015. Disponível em: <http://www.worldbank.org/pt/country/caboverde/overview> Acesso em: 10 de outubro de 2015.

CABO VERDE. Câmara Municipal de Ribeira Grande de Santiago. **História da Cidade Velha.** Ribeira Grande de Santiago, 2013. Disponível em: <http://www.cmrgs.com/historia/historia-de-cidade-velha/> Acesso em: 20 de agosto de 2015.

CABO VERDE. **Constituição da República de Cabo Verde.** Praia, 28 de setembro. Disponível em: [https://www.icrc.org/applic/ihl/ihl-nat.nsf/0/1437105f604ce363c1257082003ea54a/\\$FILE/Constitution%20Cape%20Verde%20-%20POR.pdf](https://www.icrc.org/applic/ihl/ihl-nat.nsf/0/1437105f604ce363c1257082003ea54a/$FILE/Constitution%20Cape%20Verde%20-%20POR.pdf) Acesso em: 08 de outubro de 2015.

CABO VERDE. Fátima Boia. **Imagens:** Mapa de Cabo Verde. Praia, 22 de janeiro de 2012. Disponível em: <http://www.prof2000.pt/users/avcultur/postais4/caboverde01.htm> Acesso em: 06 de outubro de 2015.

CABO VERDE. Governo de Cabo Verde. **Programa do Governo: VII legislatura 2006-2011**. Praia, março de 2006. Disponível em: [file:///C:/Documents%20and%20Settings/dirunasau/Meus%20documentos/Downloads/ProgramadoGoverno\\_VersaoAN2%20\(1\).pdf](file:///C:/Documents%20and%20Settings/dirunasau/Meus%20documentos/Downloads/ProgramadoGoverno_VersaoAN2%20(1).pdf) Acesso em: 20 de agosto de 2015.

CABO VERDE. Governo de Cabo Verde. **Programa do Governo: VIII legislatura 2011-2016**. Praia, 2011. Disponível em: [file:///C:/Documents%20and%20Settings/dirunasau/Meus%20documentos/Downloads/Programa%20do%20Governo%202011-2016%20\(1\).pdf](file:///C:/Documents%20and%20Settings/dirunasau/Meus%20documentos/Downloads/Programa%20do%20Governo%202011-2016%20(1).pdf) Acesso em: 20 de agosto de 2015.

CABO VERDE. Governo. **PM fala na Cimeira da ONU para Adoção da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Praia, 25 de setembro de 2015. Disponível em: [http://www.governo.cv/index.php?option=com\\_content&view=article&id=6228:pm-fala-na-cimeira-da-onu-para-adocao-da-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustentavel&catid=82:destaques&Itemid=300152](http://www.governo.cv/index.php?option=com_content&view=article&id=6228:pm-fala-na-cimeira-da-onu-para-adocao-da-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustentavel&catid=82:destaques&Itemid=300152) Acesso em: 06 de outubro de 2015.

CABO VERDE. Ministério da Cultura. **Cidade Velha Património Mundial**. Praia, 2015. Disponível em: [http://curadoriacidadevelha.cv/index.php?option=com\\_content&view=article&id=71&Itemid=538&lang=pt](http://curadoriacidadevelha.cv/index.php?option=com_content&view=article&id=71&Itemid=538&lang=pt) Acesso em: 20 de agosto de 2015.

CABO VERDE. Ministério das Finanças e Administração Pública. Direcção Geral do Planeamento. **Documento de estratégia de crescimento e Redução da Pobreza – II**. Praia, 2008. Disponível em: [http://www.governo.cv/documents/DECRP\\_II.pdf](http://www.governo.cv/documents/DECRP_II.pdf) Acesso em: 21 de agosto de 2015.

CABO VERDE. Ministério das Finanças e do Planeamento. **Documento de Estratégias de Crescimento e de Redução da Pobreza (DECRP)**. Praia, setembro de 2004. Disponível em: [http://www.portaldoconhecimento.gov.cv/bitstream/10961/1511/1/DECRP\\_I.pdf](http://www.portaldoconhecimento.gov.cv/bitstream/10961/1511/1/DECRP_I.pdf) Acesso 8 de outubro de 2015.

CABO VERDE. Ministério das Relações Exteriores. **Quadro de Assistência das Nações Unidas para o Desenvolvimento da República de Cabo Verde**. Praia, 2012-2016. Disponível em: [http://www.un.cv/files/UNDAF%20Cabo%20Verde%202012\\_2016.pdf](http://www.un.cv/files/UNDAF%20Cabo%20Verde%202012_2016.pdf) Acesso em: 23 de Setembro de 2015.

CABO VERDE. Ministério do Ambiente e Agricultura. **Lei Organica do Ministério do Ambiente e Agricultura: Lei 56/2005 de 22 de Agosto**. Praia, 22 de agosto de 2005. Disponível em: [http://www.sia.cv/images/stories/Lei\\_Organica\\_MAA-Cabo\\_Verde.pdf](http://www.sia.cv/images/stories/Lei_Organica_MAA-Cabo_Verde.pdf) Acesso em 23 de setembro de 2015.

CABO VERDE. Ministério do Ambiente, Agricultura e Pesca. **Segundo Plano Nacional de Ação para o Ambiente**. Praia, fevereiro de 2004. Disponível em:

<http://www.governo.cv/documents/PANAI-sintese-final.pdf> Acesso em: 28 de setembro de 2015.

CABO VERDE. Ministério do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território. **Sistema de Informação territorial de Cabo Verde**. Praia, 2015. Disponível em: <http://www.sit.gov.cv/> Acesso em 20 de setembro de 2015.

CABO VERDE. Nações Unidas. **Sobre Cabo Verde**. Praia, 2010. Disponível em: <http://www.un.cv/sobrecv.php#3> Acesso em: 13 de maio de 2015.

CABO VERDE. Panapress. **Cabo Verde valida Plano de Acção Nacional para Ambiente**. Praia, 16 de julho de 2004. Disponível em: <http://www.panapress.com/Cabo-Verde-valida-Plano-de-Accao-Nacional-para-Ambiente--3-394065-41-lang4-index.html> Acesso em: 27 de setembro de 2015.

CASA DO CIDADÃO. **História**: a abertura política I. Portal “Porton di nos Ilha. Praia 2007-2008. Disponível em: [https://portoncv.gov.cv/portal/page?\\_pageid=118,188596&\\_dad=portal&\\_schema=PORTAL&p\\_dominio=28&p\\_menu=20&p\\_item=107](https://portoncv.gov.cv/portal/page?_pageid=118,188596&_dad=portal&_schema=PORTAL&p_dominio=28&p_menu=20&p_item=107) Acesso em: 28 de agosto de 2015.

CASA DO CIDADÃO. **História**: a história de Cabo Verde. Portal “Porton di nos Ilha. Praia 2007-2008. Disponível em: [https://portoncv.gov.cv/portal/page?\\_pageid=118,188596&\\_dad=portal&\\_schema=PORTAL&p\\_dominio=28&p\\_menu=20&p\\_item=69](https://portoncv.gov.cv/portal/page?_pageid=118,188596&_dad=portal&_schema=PORTAL&p_dominio=28&p_menu=20&p_item=69) Acesso em: 20 de agosto de 2015.

CASARA, Ana Cristina. **Sustentabilidade no mecanismo de desenvolvimento limpo**. Pós-graduação- Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Centro de Ciências Jurídicas e Sociais, Programa de Pós-graduação em Direito, Curitiba.

CAVALCANTI, Clóvis, organizador. **Desenvolvimento sustentável**: estudos para uma sociedade sustentável. 4ed. São Paulo: Cortez, 2003.

CERVO, L. A.; BERVIAN, P. A. **Metodologia Científica**. 5 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2002.

D’ISEP, Clarissa; JUNIOR, Nelson; MEDAUAR, Odete. **Políticas públicas ambientais**: estudos em homenagem ao professor Michel Prieur. São Paulo: Editora Revistas dos Tribunais, 2009.

DERANI, Cristiane. **Direito Ambiental económico**. 2.ed. São Paulo: Max Limonad.

DIAS, Reinaldo. **Gestão Ambiental**: responsabilidade social e sustentabilidade. 1ed. São Paulo: Atlas, 2007.

Dirigentes. **Asemana**, Praia, 06 de agosto de 2006. Disponível em: [http://asemana.publ.cv/spip.php?article44206&ak=1#ancre\\_comm](http://asemana.publ.cv/spip.php?article44206&ak=1#ancre_comm) Acesso em: 09 de setembro de 2015.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. **Fundo Monetário Internacional**: declaração ao término da missão do FMI a Cabo Verde. Washington D. C, 4 de março de 2015.

Disponível em:

<https://www.imf.org/external/lang/portuguese/np/sec/pr/2015/pr1590p.pdf> Acesso em: 17 de setembro de 2015.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. **Nações Unidas**: declaração do milênio. Nova Iorque, 6-8 de setembro de 2000. Disponível em:

[http://www.pnud.org.br/Docs/declaracao\\_do\\_milenio.pdf](http://www.pnud.org.br/Docs/declaracao_do_milenio.pdf) Acesso em: 15 de outubro de 2015.

ÉVORA, Roselma. **A abertura política e o processo de transição democrática em Cabo Verde**. 2001. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Departamento de Ciência Política, Universidade de Brasília, Distrito Federal, 2001.

FERNANDES, Ermelindo, P. **Os Problemas Ambientais em Cabo Verde**: políticas e medidas de protecção ambiental. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais) - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, julho de 2011. Disponível em:

<http://www.portaldoconhecimento.gov.cv/bitstream/10961/310/1/Os%20Problemas%20Ambientais%20em%20Cabo%20Verde%20Pol%C3%ADticas%20e%20Medidas%20de%20Protec%C3%A7%C3%A3o%20Ambiental.pdf> Acesso em 02 de outubro de 2015.

FIGUEIRÓ, Nelso elaboração. **Agenda 21 – conceitos básicos**: o caminho para o desenvolvimento sustentável. Florianópolis: Egagri/Ciram, 2001.

FONSECA, R. C. V. **Como elaborar projetos de pesquisa e monografias**: guia prático. Curitiba: Imprensa Oficial, 2007.

FONSECA, R. C. V. **Metodologia do Trabalho Científico**. Curitiba: IESDE Brasil S.A, 2009.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.  
GOLDBLATT, David. **Teoria social e ambiente**: perspectivas ecológicas. Lisboa: sociedade gráfica, Lda, 1996.

GRESSLER, L. A. **Introdução à pesquisa**: projetos e relatórios. 2 ed. São Paulo: Loyola, 2004.

HOLTHAUSEN, Carlos. **Agenda 21**: o caminho da dignidade humana. Florianópolis: Cuca Fresca, 2001.

KUBISZEWSKI, Ilda.; CLEVELAND, Cutler. J. **Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNECED)**, Rio de Janeiro, Brasil. Disponível em: <http://www.eoearth.org/view/article/156773/> Acesso em: 11 de maio de 2015.

LARANJEIRO, Catarina. **Amílcar Cabral: o que foi e o que dele falaremos**. 2014. Trabalho final do Seminário Conhecimentos, Sustentabilidade e Justiça Cognitiva. Disponível em: [http://alice.ces.uc.pt/en/wp-content/uploads/2014/03/Mestres\\_do\\_Mundo\\_Amilcar\\_Cabral2.pdf](http://alice.ces.uc.pt/en/wp-content/uploads/2014/03/Mestres_do_Mundo_Amilcar_Cabral2.pdf) Acesso em: 22 de agosto de 2015.

MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de Marketing: uma orientação aplicada**. 4 ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

MALHOTRA, Naresh K.; Rocha, Ismail...[et al] – **Introdução à Pesquisa de Marketing**; São Paulo: Prentice Hall, 2005.

MANÍGLIA, Elisabete (organizadora). **Direito, Políticas Públicas e Sustentabilidade: temas atuais**. Cultura Acadêmica: Editora UNESP, 2011.

MARCONI, Marina e Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa, planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 5 ed. São Paulo: Atlas.

MARTINS, R. B. **Metodologia científica**. 1 ed. Curitiba: Juruá, 2008.

MATTAR, Fauze Najib. **Pesquisa de marketing**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MORAES, Luiz Ant3nio Grell. **Contribui33o ao estudo do valor, das perspectivas e da efetividade do mecanismo de desenvolvimento limpo: protocolo de Kyoto**. 2008. Disserta33o (Mestre em ci3ncias na 3rea de tecnologia nuclear materiais) - Instituto de Pesquisas Energ3ticas e Nucleares, Autarquia associada 3 Universidade de S3o Paulo, S3o Paulo.

MORAIS, Cristina. **Tarrafal, de Campo de Concentra33o a Museu da Resist3ncia**. SAPONOT3CIAS, Praia, 31 de outubro de 2011. Disponível em: <http://noticias.sapo.cv/info/artigo/1197253.html> Acesso em: 01 de setembro de 2015.

NA333ES UNIDAS. **Desenvolvimento Econ3mico e Social: cimeira da Terra 5+**. NewYork, 23-27 de junho de 1997. Disponível em: <http://www.un.org/esa/earthsummit/> Acesso em: 11 de maio de 2015.

NA333ES UNIDAS. Programa Ambiental das Na333es Unidas. **Declara33o do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustent3vel**. Rio de Janeiro, de 3 a 14 de junho de 1992 Disponível em: <http://www.unep.org/Documents/Multilingual/Default.asp?documentid=78&articleid=1163> Acesso em: 11 de maio de 2015.

NUNES, Ellen Regina Mayh3. **Alfabetiza33o ecol3gica: um caminho para a sustentabilidade**. Porto Alegre: Ed. do Auto, 2005.

OLIVEIRA, Amanda de Souza. **A Agenda 21 e o desenvolvimento Sustentável: uma crítica realística**. 2007. Monografia (Departamento de Ciências Jurídicas Políticas e Gerências. Centro Universitário de Belo Horizonte, Belo Horizonte, 2007. Disponível em: [https://unibhri.files.wordpress.com/2010/12/amanda-oliveira-agenda-21-e-o-desenvolvimento-sustentc3a1vel\\_uma-crc3adtica-realista.pdf](https://unibhri.files.wordpress.com/2010/12/amanda-oliveira-agenda-21-e-o-desenvolvimento-sustentc3a1vel_uma-crc3adtica-realista.pdf) Acesso em: 15 de setembro de 2015.

OLIVEIRA, Leandro Dias. **OS “LIMITES DO CRESCIMENTO” 40 ANOS DEPOIS: Das “Profecias do Apocalipse Ambiental” ao “Futuro Comum Ecologicamente Sustentável”**. **Revista Continentes**. Rio de Janeiro, n. 1, 2012. Disponível em: <http://r1.ufrj.br/revistaconti/pdfs/1/ART4.pdf> Acesso em: 24 de maio de 2015.

PÁDUA, E. M. M. **Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática**. 10 ed. São Paulo: Papirus, 2004.

PINA, Leão; **Valores e democracia em Cabo Verde: entre adesão formal e embaraço cultural**. 2006. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Distrito Federal, 2006. Disponível em: [http://bdtd.bce.unb.br/tesesimplificado/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=1598](http://bdtd.bce.unb.br/tesesimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1598) Acesso em: 12 de maio de 2015.

PORTUGAL. Agência Portuguesa do Ambiente. **Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano – 1972**. Lisboa, 16 de junho de 1972. Disponível em: [http://www.apambiente.pt/\\_zdata/Politicas/DesenvolvimentoSustentavel/1972\\_Declaracao\\_Estocolmo.pdf](http://www.apambiente.pt/_zdata/Politicas/DesenvolvimentoSustentavel/1972_Declaracao_Estocolmo.pdf) Acesso em: 30 de setembro de 2015.

PRAIA GUESTHOUSE: **Restaurante**. Disponível em: [http://www.praiaquesthouse.com/?page\\_id=14](http://www.praiaquesthouse.com/?page_id=14) Acesso em: 06 de outubro de 2015.

RESSURREIÇÃO, Thaís. **Agenda 21: Sustentabilidade e educação ambiental**. 2012. Dissertação (Mestrado em Ecologia) – Programa de Pós-graduação em Sustentabilidade em Ecossistemas Costeiros Marinhos, Universidade de Santa Cecília, São Paulo, 2012. Disponível em: [http://sites.unisanta.br/ppgecomar/dissertacoes/trabalho\\_completo\\_thais.pdf](http://sites.unisanta.br/ppgecomar/dissertacoes/trabalho_completo_thais.pdf) Acesso em: 15 de Setembro de 2015.

ROCHA, Charles Yvon; NEVES, Duarte Arlinda. **Estratégia e Plano de Acção Nacional para o Desenvolvimento das Capacidades na Gestão Ambiental Global em Cabo, setembro de 2007**. Disponível em: <https://www.thegef.org/gef/sites/thegef.org/files/documents/document/Cape%20Verde%20final%20report.pdf> Acesso em: 01 de outubro de 2015.

ROCHA, Marcelo Theoto. **Aquecimento Global e o Mercado de Carbono: uma aplicação do modelo CERT**. 2003. Dissertação (Doutorado em Ciências). Área de concentração: Economia Aplicada – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

ROSA, Quiara Catize Brito. **Cabo Verde: das políticas públicas aos objetivos do milênio**. 2014. Dissertação (Mestrado Gestão e Políticas Públicas) – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa, 2014. Disponível em :

[https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/6594/1/Quiara%20Rosa%20Disserta%C3%A7%C3%A3o%20docx%20\(2\).pdf](https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/6594/1/Quiara%20Rosa%20Disserta%C3%A7%C3%A3o%20docx%20(2).pdf) Acesso em: 09 de outubro de 2015.

SANTOS, Margarida; ROCHA, Charles. **Formulação de um Programa para a implementação da Convenção das Nações Unidas de Combate a Desertificação – UNCCD nos países da CPLP: Relatório Final Consultoria Nacional de Cabo Verde**, outubro de 2009. Disponível em:

[http://apps.unep.org/publications/pmtdocuments/-Relat%C3%B3rio%20Final%20Consultoria%20Nacional%20de%20Cabo%20Verde-2009CV\\_Quadro\\_Demandas.pdf](http://apps.unep.org/publications/pmtdocuments/-Relat%C3%B3rio%20Final%20Consultoria%20Nacional%20de%20Cabo%20Verde-2009CV_Quadro_Demandas.pdf) Acesso em: 01 de outubro de 2015.

SARAIVA, José Flávio Sombra. **A África no século XXI: um ensaio acadêmico**. Brasília: FUNAG, 2015.

SCHMIDT, JOÃO PEDRO. **Direitos Sociais e políticas públicas: desafios contemporâneos**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2008. Disponível:

[http://www.mp.go.gov.br/portalweb/hp/10/docs/para\\_entender\\_as\\_politicas\\_publicas\\_-\\_aspectos\\_conceituais\\_e\\_metodologicos.pdf](http://www.mp.go.gov.br/portalweb/hp/10/docs/para_entender_as_politicas_publicas_-_aspectos_conceituais_e_metodologicos.pdf) Acesso: 28 de setembro de 2015.

Secretaria do meio ambiente. Coordenadoria de Planejamento ambiental estratégico e Educação Ambiental. **Educação Ambiental: vinte anos de políticas públicas**. Secretaria do Meio Ambiente, CPLEA. São Paulo: SMA, 2003.

SILVA, Christian Luiz (org.). **Desenvolvimento sustentável: um modelo analítico integrado e adaptativo**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

SORRENTINO, Marcos et all. **Forum de educação ambiental: caderno do III fórum de educação ambiental**. 3ed. São Paulo: Gaia, 1995.

TEIXEIRA, Elisabeth. **As três metodologias: acadêmica, da ciência e da pesquisa**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

UNIÃO AFRICANA. A Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD). **Um corpo técnico da União Africana**, 2010-2012. Disponível em: <http://www.nepad.org/about> Acesso em: 11 de setembro de 2015.

VARELLA, Marcelo; BORGES, Roxana et al. **O novo em direito ambiental**. Belo Horizonte: Del Rey, 1998.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

VIANNA, Ilca Oliveira de Almeida. **Metodologia do trabalho científico: um enfoque didático da produção científica**. São Paulo: EPU, 2001.

VIO, Antonia Pereira de Avila et all. **Direito Ambiental das áreas protegidas: o regime jurídico das unidades de conservação.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.



## ANEXO I

**Quadro 5: Objetivos da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano - Conferência de Estocolmo 1972 da ONU**

<b>Princípios da Declaração de Estocolmo</b>
1. Os direitos humanos devem ser defendidos, tendo a solene obrigação de proteger e melhorar o ambiente para as gerações presentes e futuras. As políticas que promovem ou perpetuam o <i>apartheid</i> , a segregação racial, a discriminação, a opressão colonial e outras formas de opressão e dominação estrangeira são condenadas e devem ser eliminadas.
2. Os recursos naturais da terra devem ser preservados em benefício das gerações presentes e futuras, mediante uma cuidadosa planificação ou ordenamento.
3. Manter a capacidade da terra em produzir recursos vitais renováveis.
4. Preservar e administrar a flora e a fauna silvestres e seu habitat.
5. Os recursos não renováveis da terra devem ser preservados e não esgotados, beneficiando a todos.
6. Deve-se apoiar a justa luta dos povos de todos os países contra a poluição.
7. Impedir a poluição dos mares que possam por em perigo a saúde do homem, os recursos vivos e a vida marinha.
8. Promover o desenvolvimento econômico e social proporcionando melhor qualidade de vida para os homens.
9. Erradicar a pobreza em todos os países.
10. Acesso aos produtos de necessidade básica para todos.
11. Políticas ambientais para aumentar o potencial de crescimento atual ou futuro dos países em desenvolvimento melhorando as condições de vida para todos. Enfrentar as consequências econômicas que podem resultar da aplicação de medidas ambientais, nos planos nacional e internacional.
12. Destinar os recursos para a preservação e melhoramento do meio ambiente tendo em conta as circunstancia e as necessidades especiais dos países em desenvolvimento e gastos que pudessem originar a inclusão de medidas de conservação do meio ambiente em seus planos de desenvolvimento, bem como, a necessidade de fornecer-lhes , quando solicitado, mais assistência técnica e financeira internacional com esse fim
13. Com o fim de se conseguir um ordenamento mais racional dos recursos e melhorar assim as condições ambientais, os Estados deveriam adotar um enfoque integrado e coordenado de planejamento de seu desenvolvimento, de modo a que fique assegurada a compatibilidade entre o desenvolvimento e a necessidade de proteger e melhorar o meio ambiente humano em benefício de sua população
14. O planejamento racional constitui um instrumento indispensável para conciliar às diferenças que possam surgir entre as exigências do desenvolvimento e a necessidade de proteger e melhorar o meio ambiente.
15. Deve-se aplicar o planejamento aos assentamentos humanos e à urbanização com vistas a evitar repercussões prejudiciais sobre o meio ambiente e a obter os máximos benefícios sociais, econômicos e ambientais para todos. A este respeito devem-se abandonar os projetos destinados à dominação colonialista e racista.
16. Nas regiões onde exista o risco de que a taxa de crescimento demográfico ou as concentrações excessivas de população prejudiquem o meio ambiente ou o desenvolvimento, ou onde, a baixa densidade de população possa impedir o melhoramento do meio ambiente humano e limitar o desenvolvimento, deveriam se aplicadas políticas demográficas que respeitassem os direitos humanos fundamentais e contassem com a aprovação dos governos interessados.
17. Planejar, administrar , controlar a utilização dos recursos ambientais dos estados, melhorando a qualidade do meio ambiente.
18. Como parte de sua contribuição ao desenvolvimento econômico e social deve-se utilizar a ciência e a tecnologia para descobrir, evitar e combater os riscos que ameaçam o meio ambiente, para solucionar os problemas ambientais e para o bem comum da humanidade.
19. É indispensável um esforço para a educação em questões ambientais, dirigida tanto às gerações jovens como aos adultos e que preste a devida atenção ao setor da população menos privilegiado, para fundamentar as bases de uma opinião pública bem informada, e de uma conduta dos

indivíduos, das empresas e das coletividades inspirada no sentido de sua responsabilidade sobre a proteção e melhoramento do meio ambiente em toda sua dimensão humana. É igualmente essencial que os meios de comunicação de massas evitem contribuir para a deterioração do meio ambiente humano e, ao contrário, difundam informação de caráter educativo sobre a necessidade de protegê-lo e melhorá-lo, a fim de que o homem possa desenvolver-se em todos os aspectos.
20. Fomentar em todos os países, especialmente nos países em desenvolvimento, a pesquisa e o desenvolvimento científicos referentes aos problemas ambientais, tanto nacionais como multinacionais. Neste caso, o livre intercâmbio de informação científica atualizada e de experiência sobre a transferência deve ser objeto de apoio e de assistência, a fim de facilitar a solução dos problemas ambientais. As tecnologias ambientais devem ser postas à disposição dos países em desenvolvimento de forma a favorecer sua ampla difusão, sem que constituam uma carga econômica para esses países.
21. Os Estados têm o direito soberano de explorar seus próprios recursos em aplicação de sua própria política ambiental e a obrigação de assegurar-se de que as atividades que se levem a cabo, dentro de sua jurisdição, ou sob seu controle, não prejudiquem o meio ambiente de outros Estados ou de zonas situadas fora de toda jurisdição nacional.
22. Cooperação entre os Estados para desenvolvendo o direito internacional no que se refere à responsabilidade e à indenização às vítimas da poluição e de outros danos ambientais que as atividades realizadas dentro da jurisdição ou sob o controle de tais Estados causem a zonas fora de sua jurisdição.
23. Sem prejuízo dos critérios de consenso da comunidade internacional e das normas que deverão ser definidas a nível nacional, em todos os casos será indispensável considerar os sistemas de valores prevalentes em cada país, e, a aplicabilidade de normas que, embora válidas para os países mais avançados, possam ser inadequadas e de alto custo social para países em desenvolvimento.
24. Todos os países, devem preocupar-se com a proteção ambiental, estabelecendo acordos multilaterais ou bilaterais para controlar, evitar, reduzir e eliminar eficazmente os efeitos prejudiciais para o meio ambiente.
25. Realizar um trabalho coordenado, eficaz e dinâmico na conservação e no melhoramento do meio ambiente.
26. Destruir todas as armas de nucleares e de destruição maciça.

**Fonte:** Agência Portuguesa para o Ambiente (1972)

## ANEXO II

**Quadro 6: Declaração do Rio (1992) sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento**

<b>Princípios</b>
1. Os seres humanos estão no centro das preocupações com o desenvolvimento sustentável. Têm direito a uma vida saudável e produtiva, em harmonia com a natureza.
2. Os Estados, de acordo com a Carta das Nações Unidas e com os princípios do direito internacional, têm o direito soberano de explorar seus próprios recursos segundo suas próprias políticas de meio ambiente e de desenvolvimento, e a responsabilidade de assegurar que atividades sob sua jurisdição ou seu controle não causem danos ao meio ambiente de outros Estados ou de áreas além dos limites da jurisdição nacional.
3. O direito ao desenvolvimento deve ser exercido de modo a permitir que sejam atendidas equitativamente as necessidades de desenvolvimento e de meio ambiente das gerações presentes e futuras.
4. Para alcançar o desenvolvimento sustentável, a proteção ambiental constituirá parte integrante do processo de desenvolvimento e não pode ser considerada isoladamente deste.
5. Para todos os Estados e todos os indivíduos, como requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável. Irão cooperar na tarefa essencial de erradicar a pobreza, a fim de reduzir as disparidades de padrões de vida e melhor atender às necessidades da maioria da população do mundo
6. Será dada prioridade especial à situação e às necessidades especiais dos países em desenvolvimento, especialmente dos países menos desenvolvidos e daqueles ecologicamente mais vulneráveis. As ações internacionais na área do meio ambiente e do desenvolvimento devem também atender aos interesses e às necessidades de todos os países
7. Os Estados irão cooperar, em espírito de parceria global, para a conservação, proteção e restauração da saúde e da integridade do ecossistema terrestre. Considerando as diversas contribuições para a degradação do meio ambiente global, os Estados têm responsabilidades comuns, porém diferenciadas. Os países desenvolvidos reconhecem a responsabilidade que lhes cabe na busca internacional do desenvolvimento sustentável, tendo em vista as pressões exercidas por suas sociedades sobre o meio ambiente global e as tecnologias e recursos financeiros que controlam.
8. Para alcançar o desenvolvimento sustentável e uma qualidade de vida mais elevada para todos, os Estados devem reduzir e eliminar os padrões insustentáveis de produção e consumo, e promover políticas demográficas adequadas.
9. Os Estados devem cooperar no fortalecimento da capacitação endógena para o desenvolvimento sustentável, mediante o aprimoramento da compreensão científica por meio do intercâmbio de conhecimentos científicos e tecnológicos, e mediante a intensificação do desenvolvimento, da adaptação, da difusão e da transferência de tecnologias, incluindo as tecnologias novas e inovadoras.
10. A melhor maneira de tratar as questões ambientais é assegurar a participação, no nível apropriado, de todos os cidadãos interessados. No nível nacional, cada indivíduo terá acesso adequado às informações relativas ao meio ambiente de que disponham as autoridades públicas, inclusive informações acerca de materiais e atividades perigosas em suas comunidades, bem como a oportunidade de participar dos processos decisórios. Os Estados irão facilitar e estimular a conscientização e a participação popular, colocando as informações à disposição de todos. Será proporcionado o acesso efetivo a mecanismos judiciais e administrativos, inclusive no que se refere à compensação e reparação de danos.
11. Os Estados adotarão legislação ambiental eficaz. As normas ambientais, e os objetivos e as prioridades de gerenciamento deverão refletir o contexto ambiental e de meio ambiente a que se aplicam. As normas aplicadas por alguns países poderão ser inadequadas para outros, em particular para os países em desenvolvimento, acarretando custos econômicos e sociais injustificados.
12. Os Estados devem cooperar na promoção de um sistema econômico internacional aberto e favorável, propício ao crescimento econômico e ao desenvolvimento sustentável em todos os países, de forma a possibilitar o tratamento mais adequado dos problemas da degradação ambiental. As medidas de política comercial para fins ambientais não devem constituir um meio de discriminação arbitrária ou injustificável, ou uma restrição disfarçada ao comércio internacional.

Devem ser evitadas ações unilaterais para o tratamento dos desafios internacionais fora da jurisdição do país importador. As medidas internacionais relativas a problemas ambientais transfronteiriços ou globais deve, na medida do possível, basear-se no consenso internacional.
13. Os Estados irão desenvolver legislação nacional relativa à responsabilidade e à indenização das vítimas de poluição e de outros danos ambientais. Os Estados irão também cooperar, de maneira expedita e mais determinada, no desenvolvimento do direito internacional no que se refere à responsabilidade e à indenização por efeitos adversos dos danos ambientais causados, em áreas fora de sua jurisdição, por atividades dentro de sua jurisdição ou sob seu controle.
14. Os Estados devem cooperar de forma efetiva para desestimular ou prevenir a realocação e transferência, para outros Estados, de atividades e substâncias que causem degradação ambiental grave ou que sejam prejudiciais à saúde humana.
15. Com o fim de proteger o meio ambiente, o princípio da precaução deverá ser amplamente observado pelos Estados, de acordo com suas capacidades. Quando houver ameaça de danos graves ou irreversíveis, a ausência de certeza científica absoluta não será utilizada como razão para o adiamento de medidas economicamente viáveis para prevenir a degradação ambiental.
16. As autoridades nacionais devem procurar promover a internacionalização dos custos ambientais e o uso de instrumentos econômicos, tendo em vista a abordagem segundo a qual o poluidor deve, em princípio, arcar com o custo da poluição, com a devida atenção ao interesse público e sem provocar distorções no comércio e nos investimentos internacionais.
17. A avaliação do impacto ambiental, como instrumento nacional, será efetuada para as atividades planejadas que possam vir a ter um impacto adverso significativo sobre o meio ambiente e estejam sujeitas à decisão de uma autoridade nacional competente.
18. Os Estados notificarão imediatamente outros Estados acerca de desastres naturais ou outras situações de emergência que possam vir a provocar súbitos efeitos prejudiciais sobre o meio ambiente destes últimos. Todos os esforços serão envidados pela comunidade internacional para ajudar os Estados afetados.
19. Os Estados fornecerão, oportunamente, aos Estados potencialmente afetados, notificação prévia e informações relevantes acerca de atividades que possam vir a ter considerável impacto transfronteiriço negativo sobre o meio ambiente, e se consultarão com estes tão logo seja possível e de boa fé.
20. As mulheres têm um papel vital no gerenciamento do meio ambiente e no desenvolvimento. Sua participação plena é, portanto, essencial para se alcançar o desenvolvimento sustentável.
21. A criatividade, os ideais e a coragem dos jovens do mundo devem ser mobilizados para criar uma parceria global com vistas a alcançar o desenvolvimento sustentável e assegurar um futuro melhor para todos.
22. Os povos indígenas e suas comunidades, bem como outras comunidades locais, têm um papel vital no gerenciamento ambiental e no desenvolvimento, em virtude de seus conhecimentos e de suas práticas tradicionais. Os Estados devem reconhecer e apoiar adequadamente sua identidade, cultura e interesses, e oferecer condições para sua efetiva participação no atingimento do desenvolvimento sustentável.
23. O meio ambiente e os recursos naturais dos povos submetidos a opressão, dominação e ocupação serão protegidos.
24. A guerra é, por definição, prejudicial ao desenvolvimento sustentável. Os Estados irão, por conseguinte, respeitar o direito internacional aplicável à proteção do meio ambiente em tempos de conflitos armados e irão cooperar para seu desenvolvimento progressivo, quando necessário.
25. A paz, o desenvolvimento e a proteção ambiental são interdependentes e indivisíveis.
26. Os Estados solucionarão todas as suas controvérsias ambientais de forma pacífica, utilizando-se dos meios apropriados, de conformidade com a Carta das Nações Unidas.
27. Os Estados e os povos irão cooperar de boa fé e imbuídos de um espírito de parceria para a realização dos princípios consubstanciados nesta Declaração, e para o desenvolvimento progressivo do direito internacional no campo do desenvolvimento sustentável

**Fonte:** ONU, 1992.